



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ALANNA SOARES DE MORAIS

**ENTRE O PODER E A HONRA: CULTURA MATERIAL E A CONDIÇÃO
FEMININA NO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ
(CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE, SÉCULO XVIII)**

**CAJAZEIRAS - PB
2022**

ALANNA SOARES DE MORAIS

**ENTRE O PODER E A HONRA: CULTURA MATERIAL E A CONDIÇÃO
FEMININA NO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ
(CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE, SÉCULO XVIII)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.

M827e Morais, Alanna Soares de.
Entre o poder e a honra: cultura material e a condição feminina no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba no Norte, século XVIII)
/ Alanna Soares de Morais. - Cajazeiras, 2022.
88f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.
Monografia (Licenciatura Plena em História) UFCG/CFP, 2022.

1. História colonial. 2. História da mulher. 3. Piranhas-PB. 4. Piancó-PB. 5. Capitania da Paraíba do Norte. 6. Cultura material. I. Ceballos, Rodrigo. II. Universidade Federal de Campina Grande. III Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 94(813.3)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

ALANNA SOARES DE MORAIS

**ENTRE O PODER E A HONRA: CULTURA MATERIAL E A CONDIÇÃO
FEMININA NO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ
(CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE, SÉCULO XVIII)**

Monografia apresentada e aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
(Orientador - CFP/UFCG)

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho
(Examinador Titular - CFP/UFCG)

Profa. Dra. Camila Corrêa e Silva de Freitas
(Examinadora Titular - CFP/UFCG)

Prof. Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo
(Examinador Suplente - CFP/UFCG)

**CAJAZEIRAS - PB
2022**

RESUMO

A escrita aqui desenvolvida tem como objetivo a análise de modos de viver e estratégias socioeconômicas no sertão da Capitania da Paraíba do Norte. Através da leitura e análise de documentos cartoriais referentes ao sertão de Piranhas e Piancó, no século XVIII, tivemos contato com resquícios de uma cultura material sertaneja e com situações que nos integram ao entendimento de estratégias de mulheres inseridas em um sistema androcêntrico no contexto colonial brasileiro. Dessa forma, com o caminhar do estudo identificamos práticas socioeconômicas de sujeitos que habitaram esses sertões, assim como nos deparamos com mulheres que, por meio da justiça, denunciaram situações de abandono e exploração, como também criaram alianças ao longo dos espaços sertanejos. A partir do contato com essas fontes, buscamos reconhecer as estratégias e subterfúgios de mulheres dentro de uma teia social complexa, envolta por noções sociais trazidas do Velho Mundo e ressignificadas na colônia. Portanto, nos interessa entender esse espaço interiorano colonial e os lugares ocupados pelo feminino no entremeio social do sertão paraibano setecentista.

Palavras-chave: História Colonial. História da Mulher. Cultura material.

ABSTRACT

The developed writing aims analyzing ways of living and the socioeconomic strategies in the hinterland of the Capitancy of Paraíba do Norte. Going through reading the documentation and analyzing the information found about the hinterland of Piranhas and Piancó in the 18th century, shows as a source the remains of material culture and the situations that integrate us, as researchers, to understand women's strategies inserted in an androcentric system. In this way, as the study progresses, it is able to identify socioeconomic practices of subjects that inhabited these hinterlands, also coming across with women who through the justice denounced situations of abandonment and exploration, using these strategies, created alliances throughout the hinterland spaces. From the contact with these sources, the objective is to recognize the strategies and subterfuges of women within a complex social dynamic, surrounded by social notions brought from the Old World and re-signified in the colonial period. Therefore understanding this interior colonial space and the places occupied by the feminine in the social intermingling of the eighteenth-century in the sertão of Paraíba.

Keywords: Colonial History. Women's History. Material culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO I - O SERTÃO PARAIBANO: RESSIGNIFICAÇÕES DO ESPAÇO E MODOS DE VIVER NOS INTERIORES DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE	20
1.1. Do litoral adentro	22
1.2. Ofícios e poderes no sertão do Piancó	30
2. CAPÍTULO II - O CABEDAL ENQUANTO SINÔNIMO DE PODER E PRIVILÉGIO: A CULTURA MATERIAL EM INVENTÁRIOS <i>POST MORTEM</i> DO SÉCULO XVIII	38
2.1. Sobre a cultura material e os documentos cartoriais	38
2.2. Bens de raiz.....	42
2.3. Bens semoventes	49
2.3.1. A criação de animais no sertão do Piancó	49
2.3.2. A mão de obra escravizada	56
2.4. Artefatos valiosos: joias, indumentárias e utensílios domésticos	59
2.5. Entre as tramas dos processos.....	63
3. CAPÍTULO III - SER “DONA” NO SERTÃO: PRÁTICAS E SUBTERFÚGIOS DE MULHERES SERTANEJAS NO SETECENTOS	65
3.1. O uso da tragédia: a perda da honra	69
3.2. Donas de cabedais e administradoras de bens: a mulher como outorgante.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84

AGRADECIMENTOS

O fim nos faz retornar ao início. Diante dessas páginas, separadas para o agradecimento às pessoas que passaram por situações vividas comigo, eu não poderia recordar menos acerca de determinados passados. Assim sendo, em um movimento trilhado desde um início até esse fim, agradeço às minhas pessoas que participaram de distintos momentos da minha vida, mas que ainda assim contribuíram grandemente para a pessoa que me tornei.

Minhas primeiras palavras sobre a gratidão que possuo são direcionadas à minha família: à minha mãe, minha irmã e ao meu pai. Que sempre me apoiaram, independente das minhas escolhas, que estiveram de braços abertos para me receber e em meio às dificuldades que a vida impõe. Tudo é por vocês e para vocês. À Saymon, Maria Clara, Sara e Eric, outros familiares que me mantiveram firme, não só durante a minha trajetória na universidade, mas há mais tempo do que posso lembrar.

Às minhas amigas de infância, Alícia, Milena, Nielly e Iasmim, que permanecem ao meu lado, mesmo distantes. À Caique, Maria Luiza, Cícero, Wetervan, Alexa, Vitória, Layse, Analice, Atilyo, Iêda e Andrezza, pessoas fundamentais para minha vida. Também às amigadas que construí na universidade, nos corredores da UFCG, na porta da frente da Coordenação de História. À Hava, Ayrle, Nicolas, César, Renata, Brenda e Emilly, reforço meus agradecimentos e meus sentimentos bons, pois foi incrível dividir cada momento da graduação ao lado de vocês; reconheço amigadas que se alongam, e essas eu gostaria de manter por muito mais tempo. Aos amigos que fiz durante minha formação, mas fora dos muros da faculdade, gostaria de citar cada um, porém encurto minhas declarações para enfatizar a felicidade que sinto por ter convivido com vocês. Ofereço meus sinceros agradecimentos também à todos os professores da UFCG/CFP do curso de História; possuo uma eterna alegria e uma honra imensa por ter me formado a partir do exemplo de vocês, obrigada pela dedicação e apoio.

Em especial, agradeço à Hava Mariana que nos últimos cinco anos esteve presente em grande parte do meu cotidiano, a ponto de não conseguir mais imaginar um contexto em que não estaremos partilhando cada pormenor de nossos dias; desejo que continuemos a ser frequentes na vida uma da outra. Agradeço também à Ayrle que me ajudou e me acolheu em inúmeras situações, que nosso contato permaneça constante. E à Nicolas que me ofereceu companheirismo e vivências nas práticas acadêmicas e fora delas.

Por último, agradeço ao professor Rodrigo Ceballos, por todo o apoio, paciência e pelos ensinamentos que tiveram início há alguns anos. Sinto que falhei em demonstrar o quanto sou grata por todas as oportunidades que tive ao longo da minha formação por intermédio do senhor, mas deixo aqui registrado a minha grande admiração e o meu muito obrigada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da antiga Povoação do Bom Sucesso do Piancó	27
Figura 2 - Ribeiras	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bens de Raiz.....	46
Tabela 2 - Animais	52
Tabela 3 - Pessoas escravizadas.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Animais.....	50
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Propor uma pesquisa, um estudo sobre uma sociedade e seus costumes, é um trabalho que requer cuidado, esforço e afeto. Embrenhar-se em rastros e pegadas soltas presentes nas fontes e a partir disso interpretar como um grupo de pessoas vivia e se relacionava, quais pautas perambulavam no meio social e sob quais regras os corpos eram impregnados, requer atenção. Pois são nos pequenos detalhes que percebemos realidades, nas pontas soltas de escritas realizadas em documentos ou no silêncio que grita sobre o oculto.

Os acontecimentos de uma sociedade não se fazem presentes e disponíveis para que sejam acessados. O que nos guia ao entendimento de situações históricas são as articulações do pesquisador em relação aos vestígios deixados por outros sujeitos. Esses detalhes sutis somados a uma contextualização nos oferecem imagens e interpretações sobre outros momentos da história. Portanto, os passos que escolhemos dar e os olhares que direcionamos para as nossas fontes definem nossa pesquisa, assim como os textos que lemos e as abordagens que traçamos. Tudo isso nos leva ao produto final, a um trabalho feito por nós e emaranhado em nossas escolhas (CHALHOUB, 1990, p. 18).

Pensando em uma organização e esclarecimento acerca das nossas escolhas, temos como palco da pesquisa, onde as situações ocorreram e os sujeitos históricos se desenvolveram, os sertões do extremo oeste da Capitania da Paraíba do Norte, mais especificamente, o sertão de Piranhas e Piancó. De acordo com Mayara Milena Formiga, em seu trabalho *Nas veredas do sertão colonial* (2014), até a segunda metade do século XVII, as terras interioranas da Capitania da Paraíba ainda não haviam sido ocupadas pelos colonizadores. Segundo a autora, é apenas nas idas e vindas em meados de 1670 que se percebe a execução de um projeto colonizador na região, notável a partir das doações de terras referidas àquelas localidades (FORMIGA, 2014, p. 17).

De acordo com a autora, foi um alvará de doação de sesmária que tornou possível observar nomes como o de Antônio de Oliveira Ledo, Francisco Abreu Lima, Custódio Oliveira Ledo, e outras 10 pessoas, marcando assim o que seriam os primeiros indivíduos e as primeiras ocupações coloniais no interior da Capitania da Paraíba. Estes sujeitos recorreram ao requerimento de terras alegando a posse de cabedais, importantes para o processo da ocupação e da permanência no oeste paraibano. O argumento que completava a carta fazia referência aos serviços por eles prestados à Coroa portuguesa, destacando a realização do descobrimento

daqueles espaços que nunca antes haviam sido tocados por gente branca. Dessa forma, teriam arriscado suas vidas e seus bens nesse processo de conquista. A solicitação foi finalizada com o pedido das terras para a criação de gado e, como resposta, os citados receberam doze léguas de terras que tinham início no rio Piranhas (FORMIGA, 2014, p. 17).

Foram a partir de ações lideradas pelos membros da família Oliveira Ledo, com apoio da Coroa e de governadores da colônia das Capitanias do Norte, que os grupos sertanistas realizaram as expedições voltadas para a conquista do sertão. Já por volta de 1697, foi fundado um posto de apoio para a conquista e ocupação interiorana, o Arraial das Piranhas, localizado no encontro dos rios Piranhas e Piancó. Entre as entradas e saídas dos sertanistas, o desenvolvimento das fazendas de gado passou a mobilizar os colonos rumo aos interiores, até que em 1702, o arraial que servia como base para os colonizadores em meio aos conflitos da conquista, foi elevado à Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, tornando-se a primeira povoação do sertão da Capitania da Paraíba do Norte (MORAIS, 2018, p. 14).

Nas entradas e saídas do sertão de Piranhas e Piancó, vemos a estruturação da economia marcada pela abundância de terras e pela criação do gado, servindo como espaço de crescimento para pessoas que buscavam sobrevivência através dos trabalhos com os animais e com as terras, além de representar um território disponível para aqueles que já possuíam cabedais extensos, mas ainda buscavam enriquecimento. As pessoas chegavam de forma temporária ou no anseio de criar raízes naqueles sertões, era um lugar que abraçava grande mobilidade, de pessoas e de situações (MORAES, 2009, p. 12-13).

Mesmo com o destaque recebido aos grandes nomes baianos da família Oliveira Ledo, no que diz respeito à conquista e a ocupação dos sertões paraibanos, compreendemos a pluralidade de gentes que viveram e habitaram a região, que passaram a se relacionar naquele espaço; são essas mesmas pessoas que se instalam e passam a viver o território e a estruturar uma sociedade. É nesse sertão, constituído por homens de posses, por pessoas humildes, por almas escravizadas, por gentes nativas daquele lugar, por mulheres da Europa, da África e da América, é esse sertão que se oferece aos nossos personagens.

Em meio a diversidade dos documentos cartoriais produzidos no século XVIII na região do sertão de Piranhas e Piancó, nos debruçamos na busca de compreensão sobre formas de viver a partir das especificidades de uma sociedade sertaneja colonial em formação. Nos interessa entender vivências através dos patrimônios desses indivíduos, das denúncias e dos

requerimentos, que carregam entre as linhas produzidas por tabeliães, resquícios de situações sociais que precisam ser exploradas.

O primeiro contato com os documentos cartoriais setecentistas nos ofereceu uma imensidade de possibilidades, através de homens e mulheres que tinham seus nomes, a descrição de suas famílias e de seus bens estampados em inventários *post mortem*. Foi através do projeto desenvolvido por mim no PIBIC/CNPq que pude abraçar essas fontes; e pensando sobre comportamentos e práticas estabelecidos no sertão paraibano, desenvolvemos análises acerca da vida material presente em inventários setecentistas.

Segundo Pedro Paulo Funari (2008), o desenrolar de metodologias que foram abordadas por historiadores ao longo dos séculos, desde Heródoto até os fins do século XIX e início do XX, apresentaram mudanças em relação às possibilidades de fontes e abordagens teóricas para a produção histórica. A escrita deixou de ser a única possibilidade para o fazer-se da história e, como mencionado pelo autor, os artefatos arqueológicos ganharam espaço enquanto fontes possíveis para análises. A cultura material surgiu, então, como possibilidade também para uma historiografia mais subjetiva, ou seja, o acesso à materialidade mostrou perspectivas outras que guiaram ao entendimento acerca de multiplicidades de cotidianos, crenças e práticas sociais (FUNARI, 2008, p. 93).

Através dos resquícios de uma cultura material sertaneja, observamos a presença de pertences que delimitaram as situações de vidas no sertão do Piancó. Entre animais, terras e pessoas escravizadas, deparamo-nos com a descrição de objetos de ouro, prata e cobre, como também visualizamos tecidos e indumentárias. Tendo em vista a estrutura econômica simples referente a essa localidade, os sujeitos presentes nos inventários exibiam cabedais que valem nossa análise.

Junto com as perspectivas acerca de sujeitos históricos e suas práticas a partir do estudo dos pertences exibidos nos inventários, tivemos interesses outros que surgiram com o desenrolar das abordagens e do trato com as fontes. O acesso a diferentes documentos cartoriais, como autos de querela e procurações, possibilitaram o contato com nomes de mulheres envolvidas em situações de fragilidade e de poder, tendo seus nomes conectados à posses e na administração de cabedais. Foi a partir da percepção da presença feminina nas nossas fontes que decidimos mergulhar nas possibilidades de contribuição acerca de uma História da Mulher no sertão de Piranhas e Piancó.

Em seu livro *Os excluídos da história* (2006), Michelle Perrot expressa a noção presente em grande escala na historiografia de que o feminino carregava em seu âmago a passividade, sendo reclusas e timidamente descritas nos contextos históricos; em diversos momentos estavam presentes em descrições carregadas de estereótipos. Segundo a autora, o apagamento das participações femininas é refletido através de uma escassez de fontes diretas, aliadas à uma mediação discreta que torna todo o processo de escrita acerca das mulheres e dos seus feitos cotidianos um tanto quanto complexa. Dessa forma, nos referimos aqui a um apagamento das práticas femininas, onde essas se apresentavam enquanto coadjuvantes nas teias sociais e eram engolidas pelos contextos que prezavam contar a história dos homens (PERROT, 2006, p. 186).

As páginas escritas por Michelle Perrot nos guia através da relação entre o feminino e a historiografia; e dentro dos escritos feitos por homens, observamos a mulher sendo interpretada também enquanto manipuladora, trabalhando seus poderes fragmentados por trás das cortinas, nos bastidores, mexendo as cordas das marionetes que atuavam na esfera pública: os homens. Nesse sentido, a mulher seria o cerne das ações humanas; nela resguardava a semente da influência, onde o feminino controlava a malícia atuando no seio do ambiente privado. Além de instigadoras do crime, manifestava-se na mulher a possibilidade de uma potência civilizadora, ou seja, no cuidado da casa e dos filhos o feminino assumia o papel da educação, logo, nas mãos de mulheres se apoiava a estrutura de uma sociedade (PERROT, 2006, p. 168).

Assim sendo, observamos que “a tradição histórica associou a mulher à natureza e o homem à cultura, negando à primeira o caráter civilizatório e explorando esta íntima relação” (ALGRANTI, 1992, p. 63). Dentro desse contexto, é possível identificar uma dualidade presente nos estigmas traçados às mulheres: quando boa, obediente e passiva, a mulher detém em suas mãos o poder de civilizar e passar adiante normas e códigos sociais; caso cedesse à sua natureza, mostrando-se má e manipuladora, representava perigo. Segundo Michelle Perrot, existiam dois polos que constituíam a natureza feminina: um maternal e benéfico, o outro mágico e maléfico. Preenchiam os espaços da mulher benéfica aquelas que sucumbiam às normas, sendo presas no interior da casa, cuidando dos seus filhos, do marido e do lar, dedicando sua vida a zelar e educar os homens. Era preciso então uma imagem controversa, um papel ao qual as mulheres temeriam se encaixar. Dessa forma, fora do lar restava à mulher os estigmas que caracterizavam um ser maléfico, coberta por magia, ocupando o lugar de usurpadora do poder masculino; aquela que era contrária às representações da dona de casa, estabelecendo uma imagem de mulher da noite e dos pecados (PERROT, 2006, p.173).

Ora a mulher é fogo, devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, [...]; filha do diabo, mulher louca, histérica [...]. Outra imagem, contrária: a mulher-água, fonte de frescor para o guerreiro, inspiração para o poeta [...]; mulher doce, passiva, amorosa, quieta, instintiva e paciente, misteriosa [...]. Mulher-terra, enfim, nutre e fecunda. (PERROT, 2006, p. 188)

Em percepções acerca de mulheres francesas do século XIX, e mulheres que atravessaram os oceanos em direção ao Novo Mundo, em meados do século XVII e XVIII, percebemos semelhanças que nos indicam o olhar social e normativo que era lançado ao feminino e como foi traçada a história de mulheres em diferentes contextos históricos. Compreendemos que os estigmas que recaíam sobre o feminino no ultramar manipularam as vivências e até escritas acerca desse período. Assim sendo, somos instigados pela curiosidade acerca da real participação de mulheres no Brasil colonial, na busca de atuações e práticas femininas que sussurram modos de viver e contextos pouco explorados.

No livro *Ao sul do corpo* (1995), Mary del Priore aborda as questões femininas e os pequenos e grandes poderes presentes nas situações expostas por mulheres em documentos e fontes impressas, referentes aos séculos XVI e XVIII. A autora afirma que ao organizar a leitura de suas fontes foi perceptível os queixumes e o silêncio das mulheres a partir dos escritos feitos por homens sobre o feminino (DEL PRIORE, 1995, p. 16).

Moralistas, teólogos, médicos e confessores constituíam os autores citados por Mary del Priore que investiam em trabalhar uma mentalidade coletiva acerca das vidas femininas, focados no anseio de normatizar a mulher, disseminando sentidos e representações: as mulheres carregavam o significado de ameaça, eram sempre suspeitas, desse modo, precisavam ser controladas. Desse modo, o controle dos corpos femininos se estabelecia como pauta principal na discussão acerca dos papéis de cada gênero, e dentro desse contexto, no que se refere à colonização da América portuguesa, interessava ao império do além mar domesticar a mulher e delimitar seu espaço de atuação dentro da casa, da família e da maternidade (DEL PRIORE, 1995, p. 17).

Os discursos sobre o feminino serviram de apoio para o processo de povoamento do Brasil colonial, ou seja, a condição da mulher foi delineada pelo caráter exploratório da empresa portuguesa no Brasil, onde tornava-se interessante essa vigilância em torno do seu papel social para a realização da conquista ultramarina, para a defesa e disseminação do catolicismo e para

a concretização de um projeto demográfico nas terras do Novo Mundo (DEL PRIORE, 1995, p. 24).

Dentro desse contexto, o processo de adestramento vivido pelas mulheres no Brasil colonial foi ajustado por dois instrumentos de ação: os padrões ideais de comportamento importados do Velho Mundo e estabelecidos nas terras americanas pelos portugueses, e o discurso normativo médico ou físico. Ambos se concretizaram como fortes alicerces para a instalação ou mesmo redução de práticas femininas na América portuguesa. O primeiro aspecto que tinha como intenção principal o controle da mentalidade dos indivíduos acerca dos comportamentos femininos, teve como vetor mais importante a religião. Sermões religiosos, conselhos e ordens ditos por padres no confessionário, ensinamentos passados à população, foram veículos que auxiliaram no olhar opressor sobre as ações de mulheres. O certo e o errado fizeram-se presentes em cada escolha ou falta desta, e assim todos eram responsáveis pelo monitoramento do feminino no meio social (DEL PRIORE, 1995, p. 26).

Em relação à segunda forma de adestramento, entendemos que o discurso médico fortalecia os códigos morais difundidos pela religião católica, ou seja, para além dessas normas induzidas na mentalidade dos sujeitos, observamos os aspectos físicos femininos se tornarem assuntos que pertenciam ao meio social. Segundo as normas físicas, a função primordial da mulher seria a procriação; era dever social e religioso o controle do papel natural feminino, que seria a reprodução e os serviços realizados no lar. Fora do lugar da maternidade, restava à mulher a melancolia, luxúria e exclusão. O feminino deveria atender ao seu principal objetivo, caso contrário, estaria presa num limbo de miséria e desonra (DEL PRIORE, 1995, p. 27).

Dentro dessa discussão sobre a dualidade da condição feminina, quando falamos sobre um conjunto de normas que feria a mentalidade e o corpo feminino no Brasil colonial, é importante delimitar para quem o Estado e a Igreja bradavam tais códigos de comportamento. Dentro de uma complexidade de corpos, culturas e vivências, os discursos da empresa colonizadora atingiam os sujeitos de formas distintas, e falar sobre gênero no período colonial do Brasil remete ao entendimento das especificidades e mesmo desigualdades presentes nesse tópico. Segundo Mary del Priore, os discursos forjados para o controle da vida de mulheres possuíam o mesmo tom dado ao processo de conquista das terras no ultramar, ambos baseados na subjugação e na exploração de pessoas. Os rastros deixados em um caminho estruturado em preconceitos e estigmas sociais moldava as relações entre os sexos, também delimitando diferenças dentro do próprio gênero feminino. Diante de um estudo que envolve a condição

feminina, “[...] não se pode ter a ingenuidade de crer em uma solidariedade de gênero, acima de diferenças de raça, credo e segmento econômico [...]” (DEL PRIORE, 1995, p. 25).

Compreendemos que a exploração de almas marcou o andar da conquista na América portuguesa, assim como estabeleceu o desenvolvimento das condições de gênero nesse espaço, e é indispensável considerar os contextos em que mulheres de diferentes etnias foram submetidas. Olhando para a trajetória de conquista e dominação de territórios no ultramar, percebemos as mulheres indígenas e negras que tiveram seus corpos e suas identidades usurpados por homens confiantes de sua autoridade para com a vida de terceiros (DEL PRIORE, 1995, p. 25).

Dentro desse contexto, entendemos a pluralidade existente no grupo de mulheres trazidas para a América portuguesa. Segundo Ana Lunara da Silva Morais, devemos considerar os inúmeros “condicionantes de suas ações: região, riqueza, posição social, possibilidade de ascensão e promoção social e ainda desejos pessoais.” (MORAIS, 2017, p. 88). A partir das possibilidades apresentadas pelo próprio corpo documental, nos interessamos em analisar os subterfúgios de mulheres em relação às suas posses e no contorno de situações de abandono e desonra.

Em uma produção de Thompson (1998), denominada *A venda de esposas*, o autor apresenta perspectivas sobre a prática ritualística de negociações de mulheres nas praças públicas de uma Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Discorrendo acerca de todo o processo do ritual, Thompson explica como ocorria a venda de mulheres pelos seus maridos, destacando o androcentrismo do período e a explícita prática da humilhação feminina diante de comunidades inglesas. Em relação ao ritual, a partir da tomada de decisão acerca da venda da esposa, a mulher tinha suas mãos amarradas e era levada à praça pública, como um objeto ou animal. Todavia a prática desse ritual expressa, de acordo com a interpretação do autor, uma estratégia alcançada por mulheres para garantir o divórcio e afastar-se dos companheiros indesejados. Os indícios que levam-no à essa conclusão se mostram a partir do fato de que sem o consentimento feminino tal tradição não poderia ocorrer, dessa forma, a mulher deveria concordar com o ritual, só assim haveria toda a prática onde ela seria vendida para um novo homem ou mesmo devolvida à sua família (THOMPSON, 1998, p. 329).

Assim, com o entendimento dessa prática, podemos visualizar que todo processo forjado a partir da opressão e submissão do feminino ainda apresentava brechas na sua própria execução. O lugar da escolha mínima feita pela mulher, de realizar ou não toda a prática, abria

espaço para a possibilidade de sair de um casamento indesejado, utilizando de subterfúgios existentes no próprio ritual para fugir de situações que as feriam (THOMPSON, 1998).

Quando abordamos essa perspectiva desenvolvida por Thompson, concordamos com a falta da intenção em negar a opressão vivida pelo feminino; nos comprometemos com a busca de situações que nos mostram estratégias de mulheres em escapar de situações de fragilidade, fazendo valer suas existências e suas necessidades. Nossa escolha é trabalhar com fontes que possuem detalhes acerca de comportamentos de mulheres entrelaçados por estratégias, que nos sussurram maneiras de fazer do feminino diante de realidades que as oprimiam e exigiam de si a passividade (CERTEAU, 1994, p. 41).

Entre as escolhas e desejos que pairaram nossas perspectivas para com essa pesquisa, observamos a estruturação de um estudo cada vez mais entrelaçada em dois pontos chave: os resquícios de uma vida material no sertão de Piranhas e Piancó e a participação de mulheres nos entremeios socioeconômicos dessa mesma região. Ambos os pontos se misturam quando vemos a presença de mulheres de posse em ambas as situações. A partir dessas intenções, trabalhamos com três tipos de fontes: inventários *post mortem*, procurações e autos de querela.

A partir de sete inventários tivemos acesso aos cabedais de sertanejos, incluindo posses designadas a mulheres. Esse tipo de documento de registro patrimonial, segundo Muirakytan Macêdo (2007), nos oferece uma espécie de instantâneo da vida familiar, nos apresentando costumes e o íntimo do lar através dos bens arrolados ao longo das páginas desses processos. Os inventários eram produzidos por tabeliães coordenados pelo Juiz Ordinário de Órfãos a partir do contexto de morte de um indivíduo, desse modo, a família solicitava a produção do documento, e neste observamos a descrição e avaliação do patrimônio, assim como a partilha dos pertences entre os herdeiros. A partir dos sete inventários trabalhados pudemos detectar bens que se repetem e que se destacam mediante os seus valores, como também pela sua importância para um contexto socioeconômico estabelecido nos sertões paraibanos setecentistas (MACÊDO, 2007, p. 85).

Em relação aos autos de querela, podemos defini-los como denúncias, pequenas queixas com conteúdo relativo a furtos de bens, furtos da honra feminina, agressões, entre outras situações. Dentro das possibilidades de análise para com esse tipo de fonte, observamos em seis querelas a presença de subterfúgios de mulheres em situação de desonra, contexto que tornou-se importante para nossa proposta de abordagem. Quanto às procurações, entendemos como documentos pelos quais um indivíduo concede poderes a uma ou mais pessoas, para que essas

possam agir através do seu nome. Nesse caso, o que nos convidou a analisar as cinco procurações por nós encontradas foi a presença de nomes de mulheres enquanto outorgantes, ou seja, a mulher concedendo poderes a outros sujeitos.

Foi realizada a leitura e a transcrição de sete inventários *post mortem*, seis autos de querelas e cinco procurações retirados do corpo documental referente a 1º Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega” e ao Cartório I Ofício João Queiroga, também localizado em Pombal, Paraíba; a produção de tabelas também foi utilizada para melhor organização dos bens expostos nos inventários, pois nossa intenção foi traçar um caminho entre os patrimônios dos indivíduos e, a partir destes, identificar repetições que nos garantem percepções acerca de condições socioeconômicas no sertão, logo, evidenciando modos de viver nesse espaço. O trato com as fontes foi acompanhado pela bibliografia para a proposta das análises e das ideias costuradas na presente pesquisa. A partir de estudos desenvolvidos por Yan Bezerra de Moraes (2018), Ana Paula Moraes (2009), Baiza Faustino Soares (2017), Larissa Lacerda (2018) e outros autores, tivemos percepções acerca dos documentos cartoriais produzidos no sertão de Piranhas e Piancó que guiaram nossas intenções e perspectivas para com o uso dos inventários, procurações e autos de querelas no entendimento de práticas sertanejas setecentistas.

Assim sendo, seguimos o rumo das propostas da micro-história ao entendermos a importância do estudo de momentos históricos partindo de outras abordagens e fontes, dando evidência a situações e sujeitos marginalizados na historiografia. Desse modo, escolhemos reduzir as escalas e produzir uma pesquisa também acerca das mulheres sertanejas (ROSENTAL, 1998, p. 152).

Segundo Henrique Espada Lima (2006), a micro-história teve início a partir de um debate italiano, sustentado por diálogos amplos e multifacetados que chamavam atenção para abordagens que envolviam uma escala menor e para as divergências e ambiguidades dos temas abordados por historiadores, criticando as noções abstratas e globalizantes da história tradicional. A intenção era redirecionar o foco da investigação para agentes históricos individuais. Nesse contexto, o acesso a um âmbito menor ou “microscópico” entregaria a possibilidade de analisar as diversas perspectivas que as fontes seriais ofereciam, articulando uma compreensão coerente acerca de estratégias comuns e individuais dentro de realidades sociais (ESPADA LIMA, 2006, p. 16, 62).

Para nossa proposta, a diminuição de escalas compete a análise acerca de perspectivas socioeconômicas existentes nos sertões de Piranhas e Piancó a partir de inventários *post mortem*, na busca de entendimento acerca de modos de viver e utilizar os espaços sertanejos no setecentos; diminuindo ainda mais a escala, o mesmo interesse sobre modos de viver se aplica à compreensão da condição feminina no sertão da Capitania da Paraíba do Norte.

Assim, o trabalho se apresenta dividido nas seguintes seções: no primeiro capítulo, intitulado **“O sertão paraibano: ressignificações do espaço e modos de viver nos interiores da Capitania da Paraíba do Norte”**, trabalhamos com uma escala maior, focando na exploração do nosso espaço de estudo e identificando o processo de adentramento nos sertões da Capitania da Paraíba do Norte até a fundação da vila de Pombal no século XVIII, onde nossas fontes foram produzidas. Ainda nesse capítulo, buscamos delimitar as pessoas que aparecem nas linhas produzidas na nossa documentação, ou seja, os indivíduos que adentraram e se estabeleceram nesse território interiorano.

Já no segundo capítulo, denominado **“O cabedal enquanto sinônimo de poder e privilégio: a cultura material em inventários *post mortem* do século XVIII”**, abraçamos o estudo da cultura material presente nos inventários do sertão paraibano setecentista. Dentro desse contexto, na abordagem de uma escala menor, construímos interpretações acerca de modos de viver através da análise de pertences apresentados ao longo dos inventários. Esses artefatos listados na documentação nos contam sobre práticas e situações cotidianas, além de possuírem resquícios de uma participação feminina diante da posse de bens. É nesse ponto que observamos a presença feminina em meio a contextos que o próprio discurso social e moral do período deslegitimava a sua participação.

No terceiro e último capítulo, **“Ser “Dona” no sertão: práticas e subterfúgios de mulheres sertanejas no setecentos”**, nos embrenhamos nas atuações femininas. Entre autos de querelas e procurações, nos deparamos com a possibilidade de escrever sobre as mulheres e as teias sociais sertanejas, sobre o feminino envolvido na entrega e no recebimentos de poderes, como também no envolvimento com práticas socioeconômicas e na troca de favores mútuos. Nessa busca de entendimento acerca dos lugares vivenciados por mulheres nos entremeios de uma História Colonial, nos entregamos ao estudo de vivências cotidianas sertanejas do século XVIII, traçando um caminho desde o entendimento do corpo social estabelecido nas paragens do interior da Capitania da Paraíba do Norte, até o ponto em que os sussurros sobre práticas femininas se fazem presentes no corpo documental.

CAPÍTULO I

1. O SERTÃO PARAIBANO: RESSIGNIFICAÇÕES DO ESPAÇO E MODOS DE VIVER NOS INTERIORES DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE

O homem ocupa, destrói e constrói, se instala e procura meios de fazer valer sua presença em determinados espaços. A partir dessas ações observamos modificações que estruturam processos históricos, estes que nos ajudam a compreender conflitos e sobrevivências dentro de um espaço. Dessa forma, entendemos que a chegada dos europeus nos territórios do Novo Mundo representou alterações dentro de ambientes já habitados e desenvolvidos. É através desse entrelaço de existências, onde culturas e organizações sociais passaram a existir e a disputar um mesmo espaço, que temos acesso aos costumes e às práticas de sociedades. Nesse sentido, os sertões de Piranhas e Piancó, localizados à oeste da antiga Capitania da Paraíba do Norte, serão aqui utilizados no processo de compreensão acerca das novas formas de viver e de utilizar os territórios no contexto do Brasil colonial.

Com a pretensão de desenvolver análises acerca de relações entre sujeitos e o meio social em desenvolvimento, partindo para uma necessidade de evidenciar atuações femininas presentes em documentos cartoriais do século XVIII, neste capítulo, iniciaremos a identificação do espaço onde foram propostas as práticas logo mais estudadas. Este primeiro momento nos guia através da compreensão do corpo social estabelecido nos sertões da Capitania da Paraíba do Norte, passando pelo processo de adentramento no espaço sertanejo e do entendimento acerca dos sujeitos que permaneceram e se desenvolveram naquela região.

Entendemos a importância da definição do espaço e do corpo social em formação instalado no sertão de Piranhas e Piancó, na busca de compreensão acerca dos indivíduos presentes em nossas fontes. Afinal, a quais práticas e costumes estavam submetidos esses indivíduos? Qual o contexto de suas posses dentro da situação social em que estavam localizados? Qual era a situação social em que se encontravam e como é possível percebê-la através dos documentos oficiais?

Ao analisarmos o contexto da história colonial do sertão, percebemos que as experiências portuguesas no processo de conquista dos territórios e na tentativa de acumulação de riquezas, estavam completamente entrelaçadas com as expectativas que se tinha para a ocupação e exploração das localidades interioranas. Dentro de um espaço já habitado, entendemos a chegada dos europeus aos sertões como uma oportunidade de compreender

situações de dominação e de troca, entre os colonizadores, os povos nativos e o espaço ocupado e modificado ao longo do tempo. Essas ações têm como consequência a estruturação de modos de viver em determinados territórios, e são esses códigos de conduta que atraem o nosso olhar. Assim sendo, a construção de uma dinâmica dentro do espaço sertanejo direcionou nossa atenção para o objeto de pesquisa aqui trabalhado.

Foi a partir da necessidade de acesso a esse novo espaço que os sertões se caracterizaram como uma localidade que transbordava possibilidades, onde os colonos depositavam suas esperanças em uma tentativa de melhor viver em um continente distante (MORAES, 2015, p. 42-43). Nesse sentido, a busca por um lugar que entregasse alternativas além daquelas vivenciadas no litoral, mobilizou colonos com sede de posses e de melhores contextos para desenvolver riquezas. Porém, não eram apenas os sujeitos que buscavam somar influência e pertences aos seus cabedais que marcharam rumo aos sertões longínquos, mas também pessoas com poucas possibilidades de crescimento social e econômico, que se agarravam ao sertão como oportunidade de sobrevivência.

Entendemos então que o processo de colonização das terras interioranas da Capitania da Paraíba do Norte representou um desafio, ao mesmo passo que mostrou focos de esperança na tentativa de (re)calcular rotas diante de crises e oportunidades. Dentro dessas considerações, a ocupação dos territórios sertanejos flagrou disputas pelo espaço mencionado, conflitos causados pela presença de grupos indígenas nativos daquelas localidades, e pela invasão de europeus em territórios que tonaram-se pertencentes à Coroa portuguesa.

Foram essas discordâncias e violências instigadas pelo ato de conquistar que ditaram as relações e alianças criadas naquela localidade, onde arraiais, povoações e vilas foram estruturados para manter colonos interessados em combater os nativos, além de oferecer a possibilidade de conquistar também títulos e bens a partir dos enfrentamentos contra os povos indígenas em terras, até então, desconhecidas. Esse território presenciou vivências e práticas do Velho Mundo, estas que foram ressignificadas para o contexto da vida sertaneja (MORAIS, 2018, p. 32).

Seguindo a leitura, vamos nos embrenhar por essas vivências e existências, identificar quais meios possibilitaram a ocupação interiorana, quais motivos levaram para esta acontecer, e quais eram os indivíduos partícipes desse movimento de conquista.

1.1. DO LITORAL ADENTRO

Nesse primeiro momento, a nossa atenção se prende aos sertões da Capitania da Paraíba no Norte, no anseio de possibilitar compreensões acerca do espaço e do que ele representou para os sujeitos históricos analisados por nós. É entendido que através dos documentos oficiais produzidos no sertão setecentista podemos perceber identidades e práticas, essas que nada representam quando alheias ao entendimento do espaço em que foram desenvolvidas. Logo, cabe aqui tecer escritas que nos levem a acompanhar o processo de ocupação portuguesa no extremo oeste das antigas terras paraibanas, e é a partir disso que passamos a capturar costumes de uma sociedade em formação que se estabelece naquele espaço, entre os séculos XVII e XVIII.

Dito isto, antes de abordar a entrada dos portugueses no interior da Capitania da Paraíba do Norte, é indispensável entender a visão que se tinha daquele espaço e de como isso influenciou na forma que a conquista passou a acontecer. Segundo Paulo Henrique Guedes (2006), dentro do contexto de conquista e colonização dos territórios interioranos da Capitania da Paraíba – não somente desta capitania, mas também de todo território interiorano da América Portuguesa – o sertão se ergue enquanto oposição ao litoral já colonizado. De acordo com o autor, “a ideia de sertão era uma forma de nomear o desconhecido, sendo considerado um lugar inóspito e desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros” (GUEDES, 2006, p. 23-24).

Dessa forma, o litoral vai carregar a simbologia de um espaço que detém a civilização, enquanto o interior se configura como um local ainda não descoberto, não colonizado, um lugar vazio. Essa noção de vazio, juntamente com todas as perspectivas em relação ao sertão colonial, se apresenta mais como um registro simbólico do que, de fato, um espaço físico delimitado (GUEDES, 2006, p. 25).

Seguindo com as percepções de sertão partindo dos portugueses, em sua dissertação, Yan Bezerra de Moraes (2018) nos guia através dos séculos equivalentes à conquista, apresentando as redefinições do significado dos sertões à medida que a presença de colonizadores se tornava mais frequente e o processo de ocupação se desenvolvia. Portanto, quando falamos no século XVI, ainda no início da colonização na América Portuguesa, a ideia predominante acerca dos territórios que se distanciavam da costa consistia na certeza de um lugar bravio, morada de sujeitos incivilizados (MORAIS, 2018, p. 34).

Já no século XVII, observa-se um maior avanço de colonizadores em direção aos sertões da América portuguesa. Nesse ponto, quando falamos em relação ao adentramento nos sertões das capitanias do Norte, é possível identificar expedições lideradas por paulistas e também pela família Oliveira Ledo. Desse modo, os espaços antes pensados enquanto desconhecidos tornam-se territorializados pelos grupos de colonizadores. Logo, a tomada de conhecimento do espaço no que se refere à presença de diversos grupos nativos, trouxe à tona as dificuldades que os colonos enfrentariam para ocupar aquela região já habitada (MORAIS, 2018, p. 34).

Nesse momento, o sertão deixa de ser um território completamente misterioso, passando então a se configurar enquanto um espaço habitado por povos “sem lei e sem fé”, legitimando a colonização a partir do projeto de dominação. A ideia de dominar e subjugar, tanto os territórios sertanejos quanto os grupos nativos, estava intrínseca à noção de civilização ou falta desta. Para os portugueses, era necessário “limpar” e estruturar as regiões pensando em um projeto de conquista nesses espaços considerados incivilizados, e todo esse processo era estimulado a partir da colonização e ocupação das terras (MORAIS, 2018, p. 34).

Portanto, a construção da ideia de sertão interferiu diretamente na forma como esse espaço foi vivido e explorado pelo europeu. Todo o contexto de mistério e anseio que o interior representava para os colonizadores antes da ocupação, moldou a forma como a conquista e os relacionamentos foram propostos na região. Ou seja, uma terra “incivilizada”, habitada por outros povos cujos interesses iam de encontro aos dos europeus, impulsionou ações que possibilitavam o sucesso das ordens providas da Coroa portuguesa: a subjugação dos nativos. Esses conflitos entre os grupos indígenas e os colonizadores passaram a ser mais intensos após a presença de fazendas de gado na região, onde a maior frequência dos europeus naquele espaço significou também uma maior atenção do Estado voltada para o sertão. O resultado foi o grande envio de militares e a fundação de aldeamentos e arraiais para intensificar o processo da conquista interiorana (SOARES, 2012, p. 81).

Tomando como base o estudo produzido por Maria Simone Morais Soares (2012), vemos que o caminhar da conquista não dependeu apenas do reino português; outros agentes com interesses voltados para o território e para o povo nativo muito influenciaram nos conflitos travados nesse espaço:

[...] a Coroa atuou, veementemente, de modo a controlar os povos indígenas. Este controle se dava visando a garantir os interesses ligados aos sesmeiros e à Igreja. Os primeiros almejavam o extermínio da população para a “limpeza do território”, visando a expansão da pecuária. Por seu lado, a Igreja investia

no sentido de evitar esse extermínio e expandir a fé católica para estas populações. A Coroa Portuguesa ficava no meio desses conflitos. A estratégia para resolvê-los, de modo a garantir os interesses de todos esses agentes, foi implementar a “Guerra Justa”, a qual, em linhas gerais, previa o cativo e o extermínio para os “índios bárbaros” e o aldeamento para os “índios mansos”. (SOARES, 2012, p. 49)

O Estado tomava medidas visando a proteção do território que a ele pertencia por meio da colonização. Porém, a guerra contra os povos nativos não tinha somente a pretensão de conquistar as terras sertanejas, os interesses de agentes econômicos e da Igreja também afetaram as tomadas de decisões e o caminhar do processo de ocupação e de vivências dos colonos na América portuguesa.

Quando falamos em agentes econômicos, Maria Simone Morais Soares (2012) os identifica como os sesmeiros e os donos de fazendas de gado. Nesse sentido, para estes sujeitos era mais interessante o extermínio dos indígenas, possibilitando assim o maior acesso à terras para desenvolvimento da pecuária. Por outro lado, a Igreja insistia que a fé católica fosse disseminada no Novo Mundo, e um dos meios para este fim era a catequização dos nativos (SOARES, 2012, p. 48-49).

Assim sendo, a Coroa portuguesa buscava territórios para comandar, a Igreja tinha em mente a manutenção de poder através da disseminação da fé católica e para os colonos que passaram habitar aquele território, interessava a maior quantidade de terras para estabelecer seu gado. Aos povos nativos dessas regiões, em grande parte, sobrou a submissão aos três agentes acima citados. Segundo Ana Paula Moraes,

[...] a reconfiguração dos sertões no período colonial sofreu influência de um projeto colonizador mais amplo e que culminou em dinâmica de desterritorialização indígena que já vinha desde as terras mais próximas ao litoral da Capitania da Paraíba do Norte, cujas guerras de conquista foram “regadas com sangue” [...]. (MORAES, 2015, p. 36)

Esses espaços antes habitados por grupos indígenas, a partir da colonização passaram a ser ocupados por europeus e seus descendentes, onde instalaram-se novas formas de utilização do espaço, assim como novas práticas sociais, econômicas e políticas. A partir da visão de Wilson Seixas, em sua produção *O velho arraial de Piranhas* (2004), podemos identificar os caminhos traçados pelos europeus até a instalação da povoação e, posteriormente vila de Pombal, palco dos agentes históricos aqui trabalhados. Os escritos feitos pelo autor possibilitam

uma maior abrangência no que se refere a história da ocupação portuguesa e das medidas tomadas para a fixação de povoações dos colonizadores nos espaços dos sertões paraibanos. Segundo Seixas, foram através de cartas régias de 1596 e 1597 que se pôde observar ordens vindas da metrópole em relação ao avanço da conquista rumo ao interior, porém foi apenas após a expulsão dos holandeses que de fato iniciou-se o processo de exploração das terras interioranas (SEIXAS, 2004, p. 130).

Em relação ao processo de povoação do território, identificamos que os sertões da Capitania da Paraíba vinham sendo reconhecidos por sujeitos de outras capitanias, desde meados de 1660. A exemplo, a Casa da Torre da Bahia tinha não somente conhecimento daquele território a partir de penetrações, como também possuía sesmarias nos sertões paraibanos (MORAIS, 2018, p. 39). De acordo Seixas, as entradas desses indivíduos representaram um marco do início da expansão povoadora desse espaço, tendo como destaque o coronel Francisco Dias d'Ávila, reconhecido como o primeiro colonizador a “abrir caminho nos descampados e misteriosos sertões da Paraíba.” (SEIXAS, 2004, p. 143).

Dentro dessa necessidade de adentrar os territórios coloniais, vemos que expedições passaram a ser incentivadas pelos próprios governadores da Paraíba e também de Pernambuco, além de governadores-gerais, onde identificamos, durante a segunda metade do século XVII, as entradas aos vastos sertões paraibanos cada vez mais recorrentes. Dentro desse contexto, vemos a família Oliveira Ledo possuir um grande destaque no processo de conquista dos sertões de Piranhas e Piancó. Identificamos Teodósio de Oliveira Ledo enquanto indivíduo que recebeu extenso apoio em seus serviços, e conquistou grande admiração dos agentes administrativos da colônia pelas ações realizadas no enfrentamento dos povos nativos e na ocupação de terras interioranas da Capitania da Paraíba do Norte (MORAIS, 2018, p. 39).

Foi em meio a leitura e análise de correspondências trocadas entre governadores e o próprio Teodósio, que Seixas (2004) pôde identificar o apreço e admiração que Dom João de Lencastro, governador da Paraíba, demonstrava ter pelo trabalho realizado pelos Oliveira Ledo; geralmente as cartas eram recheadas de agradecimentos e congratulações sobre os serviços prestados, tanto no desbravamento do sertão, quanto nos saldos positivos em relação às guerras contra os “tapuias”¹. Um indivíduo que também demonstrou apoio a Teodósio de Oliveira Ledo

¹ Segundo Yan Bezerra de Moraes (2018, p. 35), “a própria atribuição do termo ‘tapuia’ não foi despropositada, mas remete à construção de uma identidade social que aglomerava múltiplas identidades étnicas. Isso não quer dizer que a ação conquistadora portuguesa foi inábil em compreender o mundo indígena, pelo contrário, homogeneizar as populações indígenas e atribuir-lhes o epíteto ‘tapuia’ como sinônimo de sua ‘incivilidade’ e

foi outro governador da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria. Ao levar em consideração as vitórias e glórias alcançadas pelo sertanista, Albergaria via-se como sujeito que deveria apoiar as idas de Teodósio ao sertão, apoio demonstrado através de armas e munições, além de focar na instalação de um arraial que serviria de base para as operações militares naquele território (SEIXAS, 2004, p. 135).

Desse modo, em uma carta enviada ao governador Albergaria, nos primeiros dias do ano de 1698, Teodósio discorre sobre um encontro com o povo indígena Coremas e do acordo que estabeleceu com estes; logo depois que a “paz” foi selada entre ambos, Teodósio retornou ao sertão de Piranhas e Piancó, estabelecendo ali o arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Todo esse processo teve início com a nomeação de Teodósio enquanto capitão-mor das Piranhas, em 1694, e por volta de quatro anos depois, é instalado o arraial seguindo ordens do governador Manuel Soares de Albergaria. Segundo Seixas (2004, p. 137), “o arraial já era conhecido como Piancó, pois foi dali que Teodósio escreveu ao governador, dando conta do ‘bom sucesso’ que tivera com os bárbaros tapuias, que o haviam procurado no arraial de Pau-Ferrado para a celebração da paz.” Ainda de acordo com o autor, o foco de Teodósio em relação aos sertões paraibanos era o povoamento e a colonização, a julgar que os extensos campos deveriam ser utilizados para manutenção do gado, trazido como boas novas para o desenvolvimento da economia daquela região (SEIXAS, 2004, p. 143).

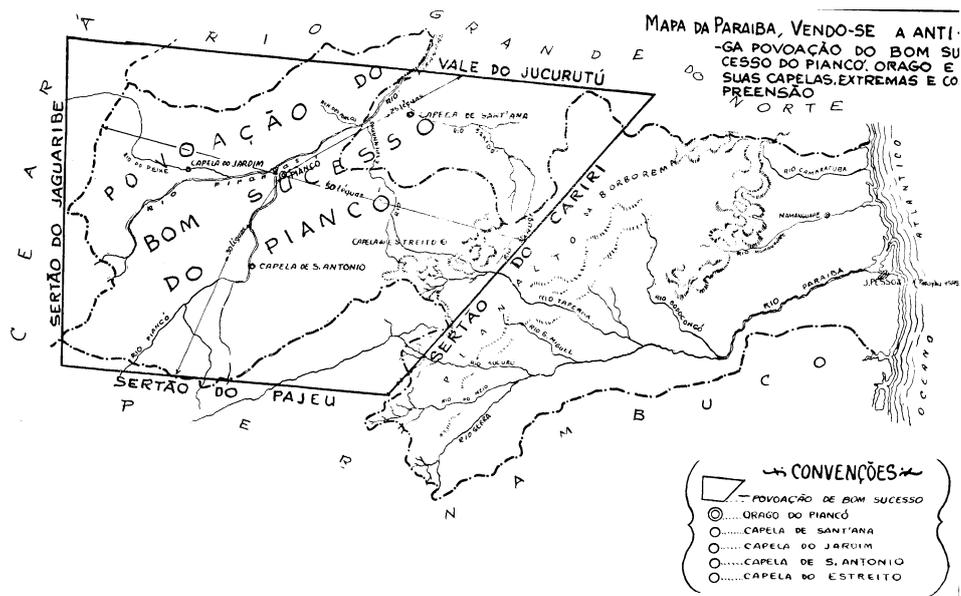
Fundado o arraial, não demorou até que os entremeios do território sertanejo fossem ocupados forçosamente por rebanhos de gado e pelo cultivo de alimentos. Segundo Seixas (2004), Teodósio levou sua família para o interior, assim como outras passaram também a seguir o seu rastro, e foi a partir desse movimento que o sertão de Piranhas e Piancó foi (re)territorializado até a instalação da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso em 1702, delimitada pelo rio Piancó, sendo a primeira localidade do sertão da Paraíba a receber o título de povoação (SEIXAS, 2004, p.145).

Ao se pensar acerca da delimitação dos sertões aqui estudados, o autor diz que “a jurisdição do povoado do Piancó abrangia toda a bacia das Piranhas, cujos limites se estendiam desde o sertão do Cariri Velho até a vila do Icó e sertão do Jaguaribe, desde o sertão do Pajeú até a fazenda do Jucurutu, no Rio Grande do Norte.” (SEIXAS, 2004, p.145-146). Não se observa, de fato, uma delimitação precisa em relação às terras interioranas: os limites entre os

‘barbárie’ era parte de uma elaborada lógica construída para justificar moral e civilmente o subjugo dessas populações.”.

sertões já nomeados pelos colonizadores e os poucos habitados se entrelaçavam. Logo abaixo observamos um mapa a partir da perspectiva de Wilson Seixas que nos permite identificar os sertões de Piranhas e Piancó, acompanhado dos limites descritos pelo autor na citação acima.

Figura 1 - Mapa da antiga Povoação do Bom Sucesso do Piancó



Fonte: SEIXAS, 1975, p. 86.

Em relação às medidas tomadas para facilitar o adentramento nessa região, Seixas (2004, p. 130) diz que “a princípio as entradas pelo sertão quase se limitavam ao tráfego dos rios, navegando a remo. Quando feitas por terra, o que naturalmente se tornava penoso, tinham, quase sempre, como causas principais a caça aos índios e a exploração de riquezas minerais.” O autor ainda afirma que outras entradas passaram a fazer parte do plano de conquista, mesmo que os expedicionários ainda enfrentassem a resistência indígena, representando assim dificuldades nesse processo. Abaixo observamos os principais rios que auxiliaram a entrada dos colonizadores na região sertaneja da Capitania da Paraíba.

Figura 2 - Ribeiras



Fonte: MORAES, 2015, p. 21.

Devemos destacar, a partir da leitura da imagem, o rio Piranhas, que logo acima, no mapa, se apresenta enquanto rio Açú, e seus afluentes: o rio do Peixe e o Piancó. As ribeiras se configuraram como elemento essencial para o contexto aqui abordado, desde o momento em que se tornou indispensável para a penetração de colonizadores diante do anseio pela conquista, como também para a instalação de núcleos habitacionais e o desenvolvimento econômico da região.

As ribeiras recebem um lugar de destaque ainda mais acentuado ao falarmos da conquista, quando pensamos acerca de quais características físicas constituíam os sertões de Piranhas e Piancó. Como citado por Ana Paula Moraes (2015, p. 33), estamos tratando de uma localidade com “clima semiárido e de altas temperaturas [...]; com baixa pluviosidade, além de irregular, e pouca perenidade dos rios, causando baixa reserva de águas [...]”. O que movimentou o adentramento e principalmente a instalação de povoações naquele território foi o desenvolvimento da atividade pecuária, portanto, para a criação de animais, além da sobrevivência dos indivíduos, era essencial a proximidade de suas terras para com os rios. Dessa

forma, o acesso à água vai se apresentar como elemento de privilégio, pois quanto maior a proximidade com os rios, mais fácil o acesso à preservação do bem-estar dos sesmeiros, além de garantir a manutenção das fazendas de gado e do cultivo realizado naquele território.

Logo, os rios se estabelecem enquanto elemento facilitador do adentramento europeu como também da ocupação. Partindo desse ponto, vemos a pecuária ganhar fôlego enquanto atividade essencial para a economia dos sertões das Capitâneas do Norte a partir da crise instaurada após a invasão holandesa nesses territórios, na segunda metade do século XVII, se encaminhando até o século XVIII; com isso observamos a criação de gado se configurar enquanto um dos principais fatores que impulsionaram a mobilidade de pessoas para o sertão. Segundo Capistrano de Abreu, a criação de gado se desenvolveu primeiro em torno da cidade de Salvador, e seguiu seu caminho ao interior acompanhando as margens do rio São Francisco. A medida que a criação de animais ia se afastando do litoral, as terras interioranas passaram a servir de pasto, e para fixar-se naquelas regiões, os colonos recorreram à requerimentos de sesmarias, dividindo aquelas imensas terras em fazendas de gado (ABREU, 1998, p. 132-133).

Nessa busca da restauração de forças colonizadoras mediante os ataques às posses do território luso-americano que vemos a Coroa mostrar ainda mais interesse na dominação de espaços e no crescimento econômico das áreas interioranas da América portuguesa. De acordo com Ana Paula Moraes (2009), a pecuária, que em um primeiro momento “era uma cultura complementar aos engenhos, passou a ter mais autonomia e importância, assumindo um caráter estratégico, na conquista e colonização do sertão e uma nova rota de aquisição de poder e enriquecimento” (MORAES, 2009, p. 17).

Assim sendo, a criação de animais se estabeleceu como o primeiro passo no desenvolvimento social e econômico nos sertões aqui estudados. Dessa forma, é seguro afirmar que foi a posse do gado que mobilizou indivíduos e deu forma ao processo de interiorização (SEIXAS, 2004, p. 170). Além de contribuir para a mobilização de sujeitos rumo ao sertão, a criação de gado passou a se estruturar como a melhor alternativa para o contexto de vida sertaneja.

Conseguimos identificar a partir da obra *Capítulos de História Colonial* (1998), escrita por Capistrano de Abreu, os diversos pontos positivos no trato com as fazendas de gado no sertão, que se sobressaíam em relação às dificuldades existentes para manutenção dos engenhos de cana de açúcar. O autor diz:

O gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. (ABREU, 1998, p. 132)

Como já mencionado, o sertão se erguia, enquanto registro simbólico, como um lugar desconhecido e perigoso, um território vazio e ao mesmo tempo cheio de controvérsias no que corresponde a noção de civilização europeia; é com o passar das décadas, a partir do avanço da conquista, que as localidades sertanejas passam a oferecer esperança econômica e social para os sujeitos partícipes dessa sociedade em formação. O passar dos anos e as próprias relações desenvolvidas no litoral contaminam os indivíduos que começam a perceber aquelas terras interioranas enquanto possibilidades, tanto de sobrevivência quanto de poder. Portanto, é nesse emaranhado de acontecimentos, entre crises, guerras e as chamadas conquistas, que observamos os sertões de Piranhas e Piancó se encherem de colonizadores que constituem peças essenciais para o entendimento da sociedade instaurada nesta localidade. São esses homens e mulheres que fazem parte da nossa documentação, são seus nomes e suas queixas que se apresentam em inventários e Livros de Notas, onde estampam suas posses, seus descontentamentos, suas doações e requerimentos. É a partir de escritos sobre esses indivíduos que podemos ter acesso a identidades e costumes que formularam as teias sociais do extremo oeste da Capitania da Paraíba do Norte no século XVIII.

1.2. OFÍCIOS E PODERES NO SERTÃO DO PIANCÓ

O fazer-se dentro da colônia promoveu ao europeu colonizador códigos de comportamentos, onde a abertura de possibilidades que caminhava de mãos dadas com a ocupação dos territórios na América, se manifestou como base para a estruturação de uma nova forma de encarar o espaço e os sujeitos. As vivências e identidades trazidas do Velho Mundo, agarradas ao âmago dos colonizadores, permitiram a instalação de dinâmicas próprias para o contexto da colonização, a partir do encontro de práticas trazidas da Europa e de novas situações propostas pelas terras aptas à exploração.

As dinâmicas instauradas pelos colonizadores nos sertões da América portuguesa foram uma soma da visão das inúmeras chances de vivências a partir do sentimento de pertencimento ao novo território, juntamente com as exigências feitas pela Coroa portuguesa sobre um plano formal de ocupação e administração da colônia; além das experiências de relacionamentos entre sujeitos como também com o aparelho de Estado. Esses pontos se conectam e nos fazem pensar sobre qual sociedade estamos estudando.

Compreendemos que as relações estabelecidas na colônia muito se modificaram ao longo dos anos que corresponderam à chegada dos europeus ao ultramar, até o momento de povoação e do estabelecimento de práticas a partir destas. Ao pensarmos sobre a produção de Russel-Wood, intitulada *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808* (1998), percebemos que os vínculos estruturados a partir da Coroa para com seus súditos localizados na América, muito se desgastavam e se adaptavam aos contextos próprios. Ou seja, as ordens estabelecidas pela Coroa poderiam se apresentar de formas distintas para com as especificidades da colônia.

Primeiramente, a ideia de centro e periferia parte da premissa de que o centro, aqui entendido enquanto Portugal, emanava poder e ordens às periferias, nesse caso sendo entendidas como as habitações coloniais. Ainda que a utilização de termos como centro e periferia seja feita de forma subjetiva, é possível compreender as afirmações de Russel-Wood em relação às expectativas de ações por parte da Coroa para com a ocupação e exploração realizadas na colônia, onde se estimava uma centralização do poder administrativo da metrópole, no intuito de manter o controle em relação às periferias. Em uma passagem de seu texto, Russel-Wood problematiza até que ponto o governo de Portugal era centralizado e qual era, de fato, o grau de participação dos colonos em questões políticas e administrativas. Nos atentamos ao seguinte parágrafo:

A noção de um governo metropolitano centralizado, a formulação de políticas impermeáveis à realidade colonial e implementadas ao pé da letra por agentes da Coroa, de uma Coroa insensível e de atitudes metropolitanas rígidas voltadas para o Brasil, demanda revisão. Se por um lado, a estrutura de governo era altamente centralizada na metrópole - com efeito, esta foi a lógica da criação (1642) do Conselho Ultramarino -, de outro, equiparava-se a um contexto descentralizado: convergência de jurisdições e de autoridades acerca das múltiplas funções de governo em um único indivíduo ou em apenas uma agência de governo, ao mesmo tempo que múltiplas agências de governo e vários indivíduos exerciam jurisdição e autoridade sobre uma única função de governo. Áreas de jurisdições não enunciadas, pobremente definidas ou obscuras, resultavam em uma difusão da autoridade em rivalidades e tensões

entre indivíduos e entre agências de governo. Forças centrífugas ligadas a múltiplos pontos de tomada de decisão e a falta de coordenação entre administradores individuais e entre as agências administrativas enfraqueciam a efetividade da ação do governo. Isto abria espaço para que os colonos participassem da estrutura administrativa e da formulação ou implementação das políticas da Coroa. (RUSSEL-WOOD, 1998)

Dando sequência a essa discussão, o autor utiliza como exemplo o canal de comunicação estabelecido entre as autoridades localizadas na colônia e a Coroa portuguesa, onde o mesmo podia ser alcançado por indivíduos (mulheres, descendentes de povos nativos, pessoas escravizadas etc.) que não eram considerados aptos à recorrerem diretamente aos administradores em Portugal, e ainda assim o faziam. São essas situações que nos fazem pensar sobre a forma em que as pautas chegavam na América portuguesa e em como eram absorvidas pela população, onde observamos diversos interesses de indivíduos que ocupavam esses territórios, emaranhados ao cumprimento de ordens vindas da Coroa (RUSSEL-WOOD, 1998).

Quando pensamos acerca das relativas formas de atender às ordens e leis propostas pela Coroa portuguesa dentro do contexto das conquistas, recorreremos ao entendimento da relação entre Portugal e seus territórios a partir da noção de monarquia pluricontinental. Baseado na ideia de relatividade entre os corpos políticos e administrativos do que chamamos anteriormente de “centro e periferias”, o conceito de monarquia pluricontinental se apoia na “presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas.” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 42).

O conceito de monarquia pluricontinental se estende de diversas formas. No caso português, entendemos o reino de Portugal como o único, como “uma só nobreza solar”, porém complementada por outros territórios para além da Coroa. Nesse sentido, no que diz respeito aos territórios do ultramar, o poder emitido pela monarquia central chegava aos territórios coloniais em poderes locais – como por exemplo, as capitânias –, assim cada um desses espaços utilizava como referência as instituições reinóis para a constituição das sociedades ali estabelecidas. Portanto, retomamos a ideia do canal de comunicação citado há alguns parágrafos: onde sujeitos com poucos privilégios faziam-se ouvidos pelos administradores da colônia e mesmo de Portugal, levando seus conflitos e necessidades a se tornarem tópicos discutíveis; com isso em mente, podemos pensar sobre o estabelecimento de normas e práticas referenciadas pelos modelos propostos pela Coroa, mas que não seguiam fielmente as regras gerais da monarquia. Diante disto, entendemos que as divisões territoriais estabelecidas na

América lusitana implicavam também na divergência entre poderes e necessidades e, dessa forma, da diversidade fazia-se surgir a autonomia (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 42-43).

Partindo da noção de que o jogo político entre Coroa e conquistas baseava-se numa espécie de pacto, tendo como base a noção de monarquia e da garantia de uma autonomia do poder local, somos levados a compreensão de que mesmo a monarquia reluzindo enquanto única referência para os corpos políticos de suas terras conquistadas, o funcionamento das relações entre ambos ainda dependia da autonomia pertencente às periferias; autonomia esta presente na adaptação de leis e ordens de acordo com as necessidades dos contextos locais. Logo, a monarquia pluricontinental se configurou a partir das ações de sujeitos que ocuparam os territórios coloniais de diferentes formas, na busca de oportunidades materiais e sociais. Foi a partir desses indivíduos que a autonomia se fez possível na periferia: a não aceitação do papel de passividade diante de ordens da Coroa (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 43).

As redes estabelecidas na América portuguesa, pensando agora sobre cada poder local, principalmente nas redes sociais estabelecidas na Capitania da Paraíba do Norte, serviam como instrumento privilegiado de ação socioeconômica. A utilização de mecanismos como os canais de comunicação utilizados como exemplo ao longo desses últimos parágrafos, eram manipulados como forma de reafirmar poderes, posições e também interesses. As conexões entre poderes e privilégios permitiu a ação desses indivíduos dentro da Capitania da Paraíba, ao mesmo passo que reafirmou seus locais de atuação dentro das redes socioeconômicas (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 43).

Assim sendo, entendemos enquanto essencial pensar acerca de como os sertões recebem essas ordens administrativas. É fato que os órgãos administrativos giravam em torno das produções realizadas em Portugal, mas havia uma forma relativa de atender as demandas queridas pela Coroa. O que Russel-Wood expressa com sua escrita é que existia certa autonomia na relação entre centro e periferia. Não falamos aqui de uma ruptura com as ordens vindas de Portugal, mas as aplicações destas em solo colonial eram distintas. Quando falamos, por exemplo, sobre os agentes que mobilizaram a conquista do sertão a partir de interesses, entre eles citamos os sesmeiros e donos de fazenda de gado, e eram esses indivíduos que colocavam suas necessidades e interesses à perspectiva dos administradores portugueses.

As opiniões desses sujeitos eram levadas em consideração dada a importância que estes possuíam dentro do contexto colonial, além disso, uma imensa camada de confiança rondava as atitudes e pensamentos destes colonizadores. Foi com o processo de conquista dos interiores

do Estado do Brasil que esses homens passaram a se identificar com o sentimento de poder, de merecimento em relação aos serviços realizados no combate aos grupos nativos e aos invasores holandeses, além da ajuda prestada no desenvolvimento do processo de colonização. Foi essa sensação de nobiliarquia que possibilitou os homens que passaram a ocupar aqueles territórios a terem uma maior desenvoltura em relação aos seus requerimentos ao corpo administrativo na conquista ou até mesmo diretamente à Coroa (SEIXAS, 2004, p. 157).

Os ditos requerimentos giravam em torno do acesso às terras sertanejas; em seus conteúdos os colonos suplicavam por sesmarias alegando a importância de suas ações no que diz respeito à descoberta dos territórios; dessa forma, seriam dignos de possuir uma parte da terra a partir dos serviços prestados na região (SEIXAS, 2004, p. 163). Portanto, entendemos que a busca por riquezas ou por um melhor contexto de vida, aliados com o sentimento de merecimento, foram motivos que impulsionaram o requerimento de sesmarias nos sertões.

Nesse contexto, sabemos que as terras próximas ao litoral nordeste da América portuguesa estavam quase que completamente tomadas pela monocultura da cana-de-açúcar. Dessa forma, o desenvolvimento da pecuária tonava-se um empecilho naquelas regiões. Restou separar os terrenos destinados para cada atividade, assim, o adentramento aos sertões surgiu da necessidade de um espaço distinto para o desenvolvimento do criatório de gado. A relativa autonomia que os sesmeiros e os pecuaristas tinham dentro do espaço sertanejo, muito se dava pelo sentimento de responsabilidade em relação às suas atuações dentro do plano de colonização dos territórios interioranos ultramarinos e da boa resposta da pecuária enquanto atividade econômica (MACÊDO, 2007, p. 33).

No que diz respeito à ocupação das terras conquistadas, as sesmarias foram o primeiro movimento que a Coroa portuguesa fez em relação à colonização no Brasil; a ideia era ceder datas de terras a colonos para que esses habitassem e desenvolvessem atividades econômicas. A partir dessas situações, os sujeitos promoveriam ganhos para a metrópole, ao mesmo tempo que mantinha núcleos populacionais na conquista visando sempre a exploração dos territórios. Segundo Wilson Seixas (2004, p. 163), as terras mais distantes e despovoadas, ou seja, as terras desocupadas após os conflitos travados com os nativos eram os espaços que “os reis de Portugal ou os governadores das capitâneas concediam a pessoas de merecimento e serviços, quer para nelas tratarem da agricultura, quer para situarem os seus gados.”

À medida que a posse de terras e a pecuária iam se tornando pontos chave para conquistar e povoar os sertões da Capitania da Paraíba do Norte, vemos a intensificação do

combate aos nativos. Esses conflitos com grupos indígenas coincidem com o maior adentramento de colonos nas terras brasileiras, e são essenciais para compreender o estabelecimento de uma sociedade no sertão, não apenas através das consequências desses conflitos, mas também em relação aos indivíduos arrastados para esses contextos turbulentos. A fim de solucionar os enfrentamentos nas terras interioranas, a Coroa passa a auxiliar seus súditos através do envio de tropas e munições. O suporte militar muito se destaca para o sucesso da conquista colonial. Como já mencionado, vemos o apoio que os governadores da Capitania da Paraíba cediam aos desbravadores, possibilitando um amplo enfrentamento aos nativos.

Retomamos esse tópico para inserir a importância da organização social e administrativa baseada na instalação do Corpo de Ordenança no controle das organizações habitacionais sertanejas. Após os conflitos, quando vemos a “paz” reinar nos territórios interioranos, os militares passaram a ficar à frente da defesa local e das funções administrativas (LACERDA, 2018, p. 50-51).

O armamento de homens nas conquistas foi essencial para os planos de ocupação dos territórios. Assim sendo, os sujeitos foram militarizados em três escalões de tropas: Regulares, Auxiliares e Ordenança. De acordo com Larissa Lacerda (2018, p. 26), “a primeira se constituía em uma força profissional, soldada e permanentemente sob armas. Com ela se empreendia as grandes guerras.”. As duas outras categorias de ordem militar não eram profissionais, na verdade eram compostas por todos os homens considerados aptos a participarem de conflitos, e a partir disso eram obrigados a atenderem a qualquer necessidade militar (LACERDA, 2018, p. 26).

Com o foco voltado para a conquista do interior da colônia, passando pela necessidade de combate frente aos invasores e nativos, vemos postos de autoridade real serem distribuídos entre os colonos no que se refere aos cargos militares e jurídicos; os ofícios de Ordenança tiveram destaque como os primeiros postos criados, dessa forma, no século XVII vemos o estabelecimento do corpo militar no Piancó, e em seguida observamos a nomeação de postos de ordem jurídica, como por exemplo o de Juiz Ordinário (LACERDA, 2018, p. 25). Os inventários dispostos na documentação referente aos sertões de Piranhas e Piancó, trabalhados no próximo capítulo, nos mostram a presença de indivíduos com cargos militares ocupando lugares administrativos, assim como também tinham seus nomes conectados à patrimônios.

A nível de exemplo, no desenrolar do inventário de Leonel de Lima Mello², observamos a presença de João Gaya da Rocha enquanto tabelião e responsável pelas heranças dos filhos menores de idade do falecido Leonel de Lima, além da identificação de um tutor dos menores referido como sargento-mor Antonio Ferreira Monteiro. Ambos os sujeitos possuíam cargos diante da justiça, atuando no cuidado da prole presente no inventário citado. No caso de João Gaya da Rocha, contemplamos sua atuação enquanto tabelião do sertão de Piranhas e Piancó durante duas décadas, entre os anos de 1738 e 1758, onde também apareceu nas documentações cumprindo o papel de procurador e testemunha de outros processos analisados por Yan Morais. Logo, entendemos sua atuação nos ofícios jurídicos como fonte de diferenciação socioeconômica e política (MORAIS, 2018, p. 118). Nesse sentido, ao longo dos processos realizados nos sertões paraibanos, observamos cargos militares acompanhando os nomes de juízes e ocupantes de cargos jurídicos apresentados dentro das necessidades do inventário, como é o caso do sargento-mor Antonio Ferreira Monteiro; reafirmando assim, o destaque social que esses sujeitos detinham dentro do contexto sertanejo, ao ocuparem cargos relevantes e possuírem títulos militares.

Portanto, compreendemos que os contextos de adentramento das regiões interioranas da Capitania da Paraíba, aliados ao sentimento de pertencimento e a distribuição de cargos de ofício e militares, auxiliaram na construção de um *ethos* e na acumulação e manutenção de cabedais no sertão (CEBALLOS; MORAIS, 2018, p. 140). Identificamos uma sociedade mergulhada na necessidade do exercício militar, onde o estabelecimento de normas sociais e administrativas se conectavam com o próprio desenvolvimento da conquista. São esses homens aptos a ocuparem cargos militares, visando o combate e a retirada de nativos do território sertanejo, que passam a ocupar lugares de privilégios no sertão. Os requerimentos de terras, que por sua vez se tratavam de pedidos que emanavam o sentimento de merecimento e pertencimento, partiram de homens que participaram do projeto de conquista, que lutaram e que passaram a se enxergar enquanto sujeitos aptos a receberem recompensas das ordens administrativas portuguesas.

O próprio ato de conquistar afluente nos colonos essa sensação de dever cumprido e espera de reconhecimento partindo da Coroa portuguesa, e é esse sentimento que estrutura esse *ethos* para os homens sertanejos, considerados responsáveis por desbravar e conquistar os territórios longínquos (LACERDA, 2018, p. 26). Com a construção de uma identidade baseada

² 1ª Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega”. Inventário de Leonel de Lima Mello. 1 de outubro de 1763. Caixa 1734-1781.

na diferenciação social entre os detentores de cargos e ofícios militares ou administrativos – capitão-mor, capitão, alferes etc. –, incluímos dentro dessa noção de elite local os donos de fazendas de gado e sesmeiros. Portanto, entendemos essas posses e ofícios como elementos fundamentais para marcar um lugar de privilégio e influência dentro do corpo social estabelecido nos sertões de Piranhas e Piancó.

A ocupação de terras interioranas em nome do rei, do desenvolvimento da pecuária e do controle da ameaça dos nativos, estabeleceram uma crescente comunidade nas paragens sertanejas da Paraíba do Norte. Esse corpo social em desenvolvimento se estabeleceu enquanto importante espaço estratégico e econômico, exigindo uma administração moldada às formas de vivências e de relações estabelecidas naquele próprio espaço (CEBALLOS; MORAIS, 2018, p. 118-120).

Dado esse contexto, o momento de absorver informações acerca de como a sociedade do sertão da Capitania da Paraíba do Norte se instala, ao passo que se compromete com a ocupação do território juntamente com o desenvolvimento de atividades para subsistência e para o crescimento econômico da colônia e da metrópole, nos permite localizar e compreender as posses e as simbologias presentes nestas ações a partir da leitura das fontes logo mais apresentadas.

Nos inventários *post mortem*, assim como em procurações e autos querelas, nos deparamos com sujeitos detentores de animais, terras e de cargos de ofício, participantes de uma elite local, com posses que marcam um lugar de diferenciação perante o social sertanejo. Nas próximas páginas entraremos em discussões promovidas pela leitura e análise de documentos cartoriais, produzidos ao longo do século XVIII, que nos sussurram sobre práticas e simbologias que rodeiam o ato de possuir. Os cabedais desses homens e mulheres nos permitem compreender formas de viver, e é a partir dessas fontes que iremos pensar acerca do corpo social estabelecido nos sertões de Piranhas e Piancó, no setecentos.

CAPÍTULO II

2. O CABEDAL ENQUANTO SINÔNIMO DE PODER E PRIVILÉGIO: A CULTURA MATERIAL EM INVENTÁRIOS *POST MORTEM* DO SÉCULO XVIII

O historiador se submete a diferentes tipos de desafios ao se aventurar em linhas escritas em outros períodos, por sujeitos com interesses diversos, na busca de vestígios acerca de um passado interpretado a partir das folhas danificadas de um documento. Esse exercício de utilizar fontes cartoriais na investigação histórica mergulha o historiador em possibilidades, em hipóteses e confirmações que permitem abraçar outros contextos e entender dinâmicas vividas por outras sociedades.

Nosso exercício, ou seja, o que faremos neste capítulo, tem início com a leitura de inventários *post mortem* produzidos nos sertões de Piranhas e Piancó, na segunda metade do século XVIII, período este que abrange a ocupação interiorana da Capitania da Paraíba do Norte, e a formação de sociedades com valores trazidos do Velho Mundo, com interferências estabelecidas pelas próprias especificidades encontradas na América portuguesa. É a partir do estudo e da análise dos bens materiais presentes nas documentações, refletindo patrimônios de homens e mulheres, que iremos nos debruçar na compreensão acerca das formas de viver e de usufruir do espaço sertanejo, identificando os lugares de poder e privilégio de uma camada social mais abastada.

Os próximos parágrafos nos introduzem em discussões acerca da metodologia utilizada com as nossas fontes de pesquisa, também apresentando sujeitos históricos que cravejaram partes de suas vivências nesses documentos oficiais. A partir da análise dos inventários, nos inserimos em novas perspectivas acerca de uma sociedade e suas normas e costumes.

2.1. SOBRE A CULTURA MATERIAL E OS DOCUMENTOS CARTORIAIS

O movimento de estudar a História partindo de artefatos e objetos nos possibilita acessar muito mais do que o impresso diante dos nossos olhos, ainda que seja envolvente se conectar com o objeto e lhe atribuir significados diante daquilo que é passível de ser visto. Todavia, a cultura material nos apresenta destinos outros divergentes daqueles notados a partir da materialidade e, dessa forma, o contato com objetos enquanto fonte histórica nos insere em

visões possíveis através da metodologia empregada a partir da cultura material enquanto disciplina, que concentra uma pluralidade de caminhos a serem percorridos e que nos permite ansiar pela busca de compreensão acerca dos nossos sujeitos históricos, partindo do olhar mais cuidadoso lançado aos materiais por estes produzidos.

A cultura material, para além da análise da materialidade dos artefatos que são focos de estudo, nos permite acessar uma estrutura estabelecida pela sociedade a qual voltamos nossos olhares, estrutura essa erguida através de padrões comuns entre os indivíduos e comunidade. De acordo com as ideias desenvolvidas pelo professor de artes Jules David Prown (1982), a cultura material tem como base o fato de que a existência de um objeto feito pelo homem se concretiza enquanto uma evidência de sua inteligência, dessa forma, o estudo desses artefatos reflete os interesses do indivíduo ao fazer, modificar, utilizar e comercializar tal objeto. Podemos compreender a partir deste ponto, que o material importa tanto quanto o propósito que o cerca, ou seja, a materialidade por si só não compreende todas as possibilidades de estudo presentes num artefato, pelo o contrário, quando situado dentro de um contexto e analisado a partir das hipóteses de como foi feito tal objeto e para quê, podemos ter acesso a uma estrutura que envolve e encrava o material que se estuda (PROWN, 1982, p. 1).

Quando falamos que o objeto estudado se exhibe enquanto uma porta passível de acesso às estruturas sociais, nos referimos ao processo de produção e de utilização desse material nas mãos de indivíduos. Ou seja, o sentido de utilizar a cultura material dentro de um estudo, muito envolve a parte subjetiva que cerca os artefatos vistos e analisados. Assim como entendemos a utilidade de tais pertences no cotidiano humano, é interessante pensar conjuntamente as dinâmicas propostas a partir da utilização desse objeto, os significados que o uso deste simbolizava dentro de um corpo social. Dessa forma, a subjetividade, entendida aqui enquanto algo abstrato e flutuante dentro da sociedade, torna-se um objeto vivo, palpável para a identificação de comportamentos e práticas de uma sociedade.

Segundo Muirakytan Macêdo, “experimentar objetos, construí-los e adaptá-los são ações que podem denotar atitudes e comportamentos específicos a uma determinada sociedade.” (2007, p. 146). Dito isto, paremos então para pensar acerca do desenvolvimento de um corpo social ao longo dos tempos. Entendemos que a matéria é indispensável para analisar o caminhar do pensamento e das desenvolturas tecnológicas da humanidade. Logo, os artefatos criados no decorrer dos anos vão acompanhando as evoluções dos sujeitos, evidenciando os movimentos pensados para permitir suas sobrevivências e facilitar suas vidas. À vista disso, a

cultura material pertencente à determinada sociedade existe enquanto possibilidade para detectar especificidades de uma dinâmica social.

A cultura material de uma dada sociedade é então a materialização de seus propósitos, onde representações de ideias e necessidades que constroem a manifestação cultural de uma sociedade torna-se um artefato. Segundo Marcelo Rede (1996), as práticas e representações são e estão entrelaçadas numa perspectiva mais complexa acerca de uma comunidade e suas dinâmicas, ou seja, a materialidade não esgota a representação cultural da qual partiu a produção da mesma. Assim, o universo material não se situa fora do fenômeno social, ele está intrínseco e emaranhado nas representações culturais, não são opostos, mas sim caminham juntos dentro da perspectiva dessa metodologia (REDE, 1996, p. 273-274).

A materialização que comprime práticas sociais e culturais nos revela formas de estudos e interesses novos, mantendo os objetivos, mas observando-os através de outras perspectivas. Logo, banhando-se na metodologia proposta pela cultura material, os inventários *post mortem* surgiram como fontes aptas para a análise das práticas e representações impressas por uma sociedade setecentista. Ainda que o contato com a materialidade não tenha se tornado possível para a concretização da análise aqui abordada, nos deparamos com as descrições de objetos e artefatos dentro das páginas danificadas de documentações referentes ao sertão Piancó. Foi a partir desses inventários e dos cabedais arrolados em suas páginas que tornou-se possível passear e olhar cuidadosamente para aqueles pertencentes de uma sociedade sertaneja colonial.

No que tange aos inventários enquanto documentos oficiais, podemos afirmar que eram processos judiciais que permitiam e legalizavam a transmissão de bens, pois tinha como finalidade apurar os pertences que iriam compor as heranças. Esse tipo de documento era produzido a partir do contexto de morte de um indivíduo, dessa forma, os familiares recorriam a um juiz e um tabelião para que fosse realizado o arrolamento de todos os bens que integravam o patrimônio do falecido (SILVA, 2013, p. 18).

A partir dos inventários somos capazes de observar pertences diversos que complementavam o cotidiano de famílias sertanejas, desde talheres e indumentárias, até pedaços de terras, casas e animais. Com a realização desse processo, todos os bens eram avaliados e listados, para que pudessem ser partilhados entre os herdeiros, nos fornecendo possibilidades de acesso à contextos de vida e experiências de sujeitos históricos (SILVA, 2013, p. 19). Dentro desse contexto, entendemos que esses documentos eram produzidos apenas pelo pequeno grupo da população que acumulava pertences ao longo da vida, pertences que

possuíam valor e importância suficiente para serem descritos enquanto heranças (MACÊDO, 2007).

O autor Muirakytan Macêdo entende que a partir do olhar etnográfico do historiador, os documentos de registro patrimonial podem

[...] abrir uma larga janela para o interior das moradias, espreitando arquitetura, mobiliário, utensílios e objetos de trabalho doméstico, indumentária, adornos e pessoas do convívio familiar. Mas também é uma porta aberta para deslindarmos as atividades do campo, suas fazendas, gados, escravos, instrumentos de trabalho. Por outro lado, a sucessão e herança, moto maior de documentos dessa natureza, descortinam a forma como as pessoas se dividem em uma rede de relações que extrapolam a família nuclear (pai, mãe e filhos) [...]. (MACÊDO, 2007, p. 84)

Esses pontos são essenciais ao se ter os inventários em mãos: as citações referentes aos utensílios domésticos, às vestimentas e adornos, como também aos instrumentos de trabalho, revelam o íntimo de um cotidiano, não apenas familiar como também de uma comunidade. Referenciam ainda o trabalho realizado naquelas localidades e os bens que indicam práticas comuns entre os sujeitos; assim como a divisão dos cabedais e o conteúdo de heranças revelam a conexão entre os citados no processo.

Quando falamos sobre as possibilidades existente através do uso do inventário na pesquisa histórica, vários aspectos podem e devem ser analisados, como por exemplo, a transmissão do patrimônio familiar, as diferenças e permanências na composição de cabedais ao longo das décadas, os níveis de riqueza e a divisão social através do ato de possuir, as configurações de uma economia local, entre outros. Todos esses pontos indicam caminhos a serem seguidos no processo de estudo de inventários, e nesse momento, é interessante delimitar nossos rumos dentro desse mar de perspectivas.

A partir da pesquisa documental e da metodologia exposta pela cultura material, nos debruçamos sobre a identificação de simbologias e significados flutuantes dentro do social sertanejo. Nos interessa identificar práticas e costumes da sociedade colonial setecentista, e para isso, implementamos a análise dos pertences de indivíduos residentes no sertão do Piancó, entre os anos 1760 e 1785. Abrimos as janelas que levam nosso olhar diretamente para a materialidade pertencente a esses sujeitos, a materialidade que não implica apenas na “fisicidade” do artefato, mas que expõe toda uma estrutura social, de práticas e representações.

É a partir do material que tocamos vivências sensíveis, cheias de lugares de privilégio e de luta, lugares confortáveis ao ver social, ou preocupantes diante das normas da comunidade. Acessamos pontos que nos falam sobre esses costumes, sobre comportamentos que muitos herdaram de uma monarquia do além-mar, sobre uma sociedade que usou como referência outro corpo social e implantou seus saberes sobre a vida em conjunto dentro de um sertão vasto.

Portanto, dada toda essa discussão, os pertences a serem aqui apresentados serão parte de uma construção da nossa interpretação da sociedade sertaneja dos sertões de Piranhas e Piancó, no século XVIII. Importa aqui a captura de um cotidiano através de instrumentos de trabalho, joias e indumentárias, além das terras adquiridas e da posse de animais que permeiam as páginas desses processos.

Na escrita desenvolvida nos próximos tópicos iremos analisar comportamentos e normas da sociedade sertaneja da Capitania da Paraíba do Norte, partindo da leitura de sete inventários com foco principal nos patrimônios desses indivíduos. Esses documentos estavam presentes na 1º Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega”, e após o processo de digitalização, essas fontes tornaram-se presentes no Núcleo de Documentação Histórica “Deusdedit Leitão” (CFP/UFCG).

Com a leitura dos sete inventários *post mortem* tivemos acesso a patrimônios de homens e mulheres que nos permitem alcançar resquícios da vida material estruturada no sertão paraibano da segunda metade dos setecentos. Os pertences que compõem os cabedais dos sertanejos nos contam sobre contextos socioeconômicos, nos guiam através de simbologias expostas em pertences valiosos o suficiente para serem listados e transferidos aos descendentes através de heranças. Nos envolvemos entre os escritos dos documentos na tentativa de tocar um cotidiano marcado e arrolado em forma material nos inventários, que nos sussurra não apenas sobre uma economia local, mas também nos alerta sobre constâncias e inconstâncias que nos revelam hábitos vividos entre os sertanejos.

2.2. BENS DE RAIZ

No ano de 1763, a morte de Leonel de Lima Mello desencadeou a organização dos bens que este, juntamente com os membros de sua família, acumulou até o momento de seu falecimento. Nas descrições dos bens, nos deparamos com dois pedaços de terras: um sítio

denominado Jaguaribe, no valor de 41\$000 réis, e mais três léguas de outro sítio chamado Riachão, no sítio das Flores, avaliado em 250\$000 réis. Esses pertences denominados na escrita dos inventários enquanto “bens de raiz” – que correspondem à casas e terras vistas nesses documentos –, foram elementos importantes para o estabelecimento de comunidades nos sertões.

O próprio caminho feito para o desenvolvimento da colonização da América portuguesa estabeleceu a manutenção de terras como uma das prioridades na vida sertaneja. Dentro desse contexto, sabemos que todas as decisões que guiaram o projeto de colonização interferiram na forma como as sociedades luso-americanas se desenvolveram e estabeleceram suas formas de se relacionar, de indivíduo para indivíduo, como também de indivíduo para com o espaço. Com essa afirmação, é indispensável pensar sobre a relevância socioeconômica que parte do ato de possuir terras e comandá-las dentro da comunidade setecentista do sertão de Piranhas e Piancó.

Entendemos que o pontapé inicial para a divisão de sesmarias situadas no interior das capitâneas do Norte, se estabeleceu a partir do uso daqueles espaços. Nesse sentido, interessava aos administradores em Portugal e a seus correspondentes nas conquistas, que os sujeitos que adentraram os sertões e recorreram aos pedidos de terras, utilizassem o território para a pecuária – atividade econômica tão emaranhada no próprio processo de conquista interiorano. Logo, a produtividade se tornou o principal requisito para o requerimento de terras (MORAIS, 2020, p. 290).

Em relação às sesmarias e suas formas de aplicação no centro e na periferia, entendemos que longe do contexto do Velho Mundo

[...] a distribuição de terras não tinha mais como objetivo primeiro prover a produção de alimentos para debelar uma crise de abastecimento no reino. Na América portuguesa, o moto principal de sua aplicação respondia por duas razões principais: instituir urgentemente o povoamento e associá-lo ao vetor da produção mercantilista. (MACÊDO, 2007, p. 55)

Dentro do contexto de produtividade e ocupação dos territórios a partir do requerimento de sesmarias, vemos no decorrer do inventário de Leonel de Lima Mello a partilha e o rumo que os bens da família tiveram quando herdados. Identificamos Dona Ignes de Mello enquanto viúva do inventariado, e no contexto de morte do seu cônjuge, foi deixada com cinco filhos, todos herdeiros legítimos dentro do processo de partilha dos bens. Diante de várias discussões

que rondavam as atitudes de Dona Iignes para com o cuidado que teria na administração das suas posses e dos bens deixados para seus filhos, todos menores de idade, percebemos em declarações no final do processo que a viúva permaneceu morando nas três léguas da terra Riachão, no sítio das Flores, herdado por ela.

Essa parte do terreno Riachão foi identificado enquanto espaço habitado pela Dona Iignes e seus filhos durante alguns anos, tempo este acompanhado pelo curador e tutor³ dos menores, que relataram nas páginas finais do inventário a situação da família quando os herdeiros atingiram a maioridade. Dentro dessas declarações, a permanência da viúva nos garante o uso daquela propriedade, mesmo após a morte de Leonel de Lima. Logo, a terra exposta no inventário garantiu a moradia e a sobrevivência da família de Dona Iignes, carregando também as possibilidades de manutenção econômica a partir da criação de animais ou da venda do outro pedaço de terra que também estava em seu nome.

Assim sendo, percebemos as sesmarias enquanto fontes de imensa importância para a instalação de povoados nas colônias portuguesas, onde o empréstimo de terras para atividades econômicas e de subsistência possibilitou a exploração de riquezas e a permanência de diversos colonos naquelas localidades, como é o caso da viúva Dona Iignes apresentada no inventário de Leonel de Lima. Em relação a divisão de territórios do interior paraibano, segundo Muirakytan Macêdo:

Era necessário que o pretendente a sesmeiro demonstrasse ser uma pessoa de posses e, no caso dos sertões semiáridos, pelo menos possuir gados e revelar não possuir terras ou senão, tendo-as, demonstrar a insuficiência delas para criar com mais largueza seu plantel de gados. Ou *in extremis*, no caso dos pobres provenientes da zona açucareira, argumentar firmemente suas intenções de ajustar seu impulso de povoador aos produtos exportáveis no mercado interno da colônia. (MACÊDO, 2007, p. 71)

Dentro desse contexto, de acordo com Carmen Alveal (2015), a década de 1690 marcou a realização de diversas ordens régias que regularizavam a legislação sesmarial, na tentativa de organizar os requerimentos e as demarcações de terras, assim como estabelecer a cobrança de um foro para aqueles que tivessem acesso à sesmarias; tais elementos atingiram diretamente as

³ No inventário de Leonel de Lima Mello foi possível observar um debate acerca da tutela dos filhos menores de idade da viúva. Encontramos o nome de João Gaya da Rocha – tabelião do povoado de Nossa Senhora do Bom Sucesso nos anos de 1738 até 1758 –, que passou a cumprir o papel de curador dos menores. Os ocupantes desse ofício seriam responsáveis pela herança dos menores de idade presentes nos inventários até que atingissem a maioridade e pudessem administrar seus bens. Além deste nome, encontramos também, como tutor dos menores, o sargento-mor Antonio Ferreira Monteiro (MORAIS, 2018).

capitanias do Norte do Estado do Brasil. Esse conjunto de regras que visava um maior controle ao acesso de terras na colônia, dificultou a legalização da posse de terras, demonstrando que o pagamento do foro e o próprio atendimento ao requerimento de um pedaço de terra, representavam obstáculos que apenas alguns conseguiam superar (ALVEAL, 2015, p. 259).

Desse modo, os investimentos existentes na regularização e manutenção de uma ou mais sesmarias evidenciavam essa posse enquanto um privilégio. Dentro desse contexto de privilégios, a autora afirma que, em alguns casos, havia a isenção do pagamento do foro para aqueles que prestavam serviços à Coroa portuguesa, no que diz respeito aos conflitos e o processo de conquista estabelecido no Novo Mundo. Todo esse contexto de regularização do acesso às terras para produtividade na colônia, seguida da possibilidade de isenção de pagamentos relativos à posse de terras para aqueles que detinham cargos de ofício, fortaleciam ainda mais a hierarquização da sociedade colonial (ALVEAL, 2015, p. 257-259).

A partir desse cenário, compreendemos a relevância de possuir terrenos dentro do contexto colonial; às terras caía o peso do desenvolvimento econômico, da manutenção de bens e riquezas dentro do sertão, e da sobrevivência de indivíduos. A posse de sesmarias garantia um espaço para desenvolvimento da agricultura, da alimentação, da troca ou comercialização de produtos frutos da lavoura, da mesma forma que nessas mesmas terras, currais de gado *vacum*, *cavalar* e *ovelhum* eram mantidos, assegurando o criatório de animais que garantiam alimentação e participação no comércio colonial setecentista.

Abaixo observamos a listagem dos inventariados, entre os processos lidos, que possuíam terras em seus nomes.

Tabela 1 - Bens de Raiz

Inventariado(a)	Ano	Bens de Raiz	Valor em réis
Leonel de Lima Mello	1763	Sítio chamado Jaguaribe	41\$000
		Tres leguas de terras no Riachão do sítio das Flores	250\$000
Bonifacia Brito de Mello	1774	Metade no sítio []	500\$000
		Parte no sítio da Serra de Santo Antonio	356\$875
		Data de terra chamada de agangorra	100\$000
		Uma légua de terras chamada Masarandiebo	50\$000
		Metade do sítio Cajaseyra	50\$000
Martinho dos Santos Marinho	1776	Pedaço de terra no sítio de Patoz	100\$000
Izabel Veloso de Sá	1781	Legua e meya de terras no sítio Pau Ferrado	550\$000

Fonte: tabela produzida pela autora a partir de dados retirados de inventários da 1ª Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega” (1763-1785).

Como visto na tabela, o inventário de Bonifacia Brito de Mello detém a maior posse de terrenos dessa pesquisa, a inventariada possuía cinco faixas de terras, a com maior preço chegando a 500\$000 réis, o segundo maior valor observado nessa listagem. Bonifacia Brito era viúva do Capitão Antonio Dias Antunes, possuidor de um título militar e de um extenso cabedal construído em vida; sua viúva herdou os bens do casal e só após a sua morte, os herdeiros tiveram acesso à partilha de bens.

O título militar observado na composição do nome do cônjuge de Bonifacia Brito, muito diz acerca da grande posse de terras no nome da inventariada. Isso pode ser explicado pela

forma que a conquista do sertão foi conduzida. Segundo Baíza Soares, “[...] no Antigo Regime o monarca ou os governadores das capitanias concediam benesses aos conquistadores de merecimento e que houvessem prestado seus serviços a Coroa, extensões de terras para que nelas instalassem a agricultura e criasse seu gado.” (SOARES, 2017, p. 44). Dessa forma, o adentramento dos colonos para a luta contra os povos nativos no interior das terras coloniais era reconhecido e premiado através de sesmarias para a fixação desses indivíduos que outrora tomaram o espaço. A autora ainda afirma que “no início do processo da colonização dos sertões da Capitania da Paraíba a maior parte das sesmarias doadas estava ligada à criação do gado e eram requisitadas por homens com patentes militares; e em sua maioria eram pedidas mais de uma.” (SOARES, 2017, p. 45). Portanto, a violência contra os nativos e, conseqüentemente, a ocupação territorial do sertão, eram motivos para que os colonos alcançassem títulos e terras, e é possível perceber ambos no inventário produzido em contexto da morte de Bonifácia Brito, em 1774.

Outro ponto interessante observado na Tabela 1, é a diferença entre os valores das terras arroladas nos inventários aqui expostos. O que se destacou com o maior valor foi a posse de Izabel Veloso de Sá, com o preço de 550\$000 réis. Em relação a diferença de valores, podemos pensar sobre os fatores que mais interferiam na avaliação (em réis) dos bens materiais que vimos e veremos aqui, como por exemplo a proximidade do recorte da terra com ribeiras (MACÊDO, 2007, p. 68). A água é um elemento vital para o homem, como também para o cuidado com a terra e para a manutenção de animais. Logo, diante das poucas chuvas derramadas no sertão, era interessante que as terras fossem próximas aos rios, lagos, poços e olhos d’água.

[...] as primeiras estradas e territórios sesmarias se confundiam com o leito dos rios, secos a maior parte do ano no semi-árido, que amiúde formam pequenas lagoas em suas depressões. [...] A importância usufruída pelos rios – perenes ou temporários – é notável no período colonial. Vias naturais para o adentramento dos colonos possibilitaram o povoamento do interior brasileiro, integrando-o ao circuito produtivo da colônia. (MACÊDO, 2007, p. 68)

O elevado preço das terras observadas na tabela, como a posse de Martinho dos Santos – avaliada em 100\$000 réis – e também a de Izabel Veloso, citada logo acima, nos leva a recorrer aos elementos não expostos no documento. Sabendo a importância das ribeiras, podemos pensar acerca da proximidade desses terrenos às fontes de água. Assim como também é interessante pensar, mesmo sem a informação oficial, que esses terrenos possuíam casas de

morar. Dentro desse contexto, voltemos ao inventário de Leonel de Lima, que mesmo sem possuir uma descrição detalhada acerca de uma possível residência em seus bens de raiz, ainda observamos que a viúva do inventariado permaneceu em uma das terras citadas no documento, chamada de Riachão, no sítio das Flores, o mesmo que possuía um alto valor em réis (250\$000).

No entanto, o que podemos concluir, de fato, é que essas posses somadas com fatores que facilitavam a moradia e o desenvolvimento econômico local, auxiliava também nos valores elevados em suas avaliações. Mesmo sem descrições completas acerca desses tipos de pertences, ainda podemos evidenciar a sua importância para as dinâmicas socioeconômicas dos sertões de Piranhas e Piancó. A posse de terras trazia consigo garantias exigidas para um estilo de vida mais confortável dentro do sertão, tanto pelos seus valores econômicos, como também pela possibilidade de participação de um *ethos* local.

Dado o contexto de requerimentos para a posse de sesmarias no sertão, entendemos o constante sentimento de pertencimento e de merecimento vivido pelos colonos que ali habitaram. Os “homens bons”, aqueles que possuíam títulos militares e que se intitulavam responsáveis pelo trabalho árduo da conquista dos territórios interioranos, construíram a elite sertaneja; eram latifundiários que prezavam a hierarquia social, e seus pertences escancaram seu lugar elevado no tecido social. Essa cadeia de relações no interior das terras paraibanas construiu a sociedade estampada nos nossos documentos, e é interessante observar a importância apoiada no ato de possuir terras, que por consequência implicava também na posse de pessoas escravizadas e de animais (MACÊDO, 2007, p. 83).

Portanto, entendemos que a sociedade colonial existente no sertão do Piancó, no setecentos, tinha como base uma economia agrária, latifundiária e escravocrata. Desse modo, os personagens vistos nessa escrita eram integrantes de uma camada social favorecida, ou seja, eram sertanejos abastados com posses que lhes garantiam um *status* social elevado. Foi possível também observar nomes de mulheres conectados diretamente à posse desses patrimônios, viúvas como a Bonifácia Brito e Dona Igues, tinham a possibilidade de acessar e usufruir dos bens que antes eram administrados pelos seus maridos, marcando assim um lugar de atuação do feminino em meio a posse de cabedais.

Nesse sentido, entendemos que a sequência da composição dos bens desses indivíduos, homens e mulheres, nos garantem ainda mais as suas presenças em um melhor contexto de vida dentro das especificidades do sertão paraibano. Mesmo que seja visível a fragilidade e escassez

no que diz respeito à economia sertaneja, observamos dentro de um cotidiano simples pessoas que garantiam privilégios socioeconômicos a partir de suas posses (SOARES, 2017, p. 85).

2.3. BENS SEMOVENTES

2.3.1. A CRIAÇÃO DE ANIMAIS NO SERTÃO DO PIANCÓ

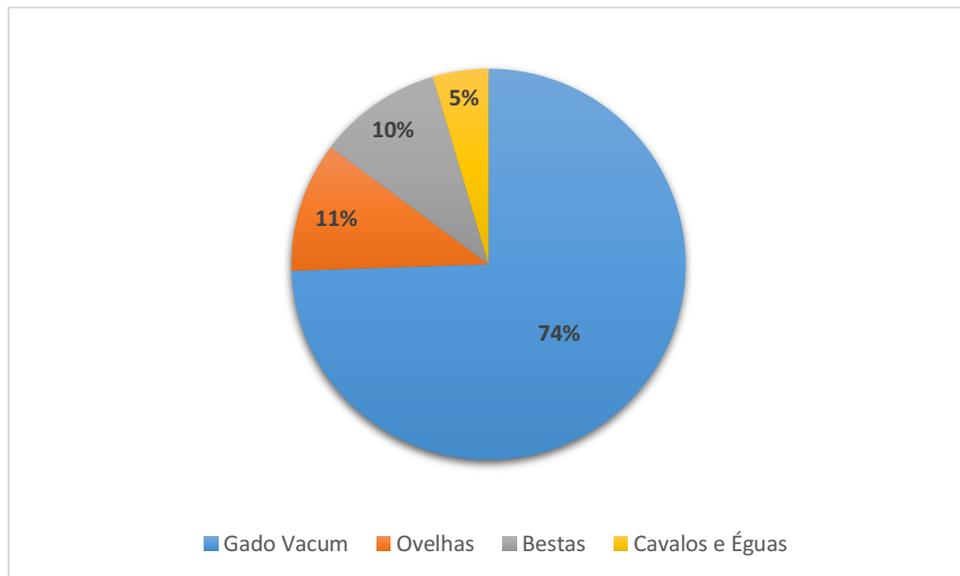
Nas idas e vindas, do litoral ao sertão, os conquistadores foram costurando as consecutivas tramas sociais dos sertões paraibanos, sertões esses que carregavam o significado de mobilidade, onde indivíduos estabeleciam seus contatos e alianças através do movimento proposto no ato de conquistar os espaços interioranos. Dentro desse contexto, observamos o gado emergir enquanto principal fator no adentramento sertanejo, onde a entrada e saída das boiadas servia como possibilidade para estabelecer caminhos e conexões, físicos e relacionais. A partir do trato com os animais, fez-se surgir a maioria dos encontros sertanejos, onde todas as possibilidades de fixação e desenvolvimento de uma comunidade se apoiaram nos caminhos traçados e incentivados pelo desenvolvimento da pecuária (MORAIS, 2020, p. 302).

Com a ocupação dos territórios encaminhada, interessava aos colonos a divisão e o desenvolvimento das atividades econômicas nos espaços por eles conquistados. Nesse ponto, nos deparamos com a reordenação do espaço sertanejo e a crescente necessidade de produtividade. Logo, os pedidos de sesmarias enviados para a Coroa portuguesa, ao longo do setecentos, passaram a ser recheados com súplicas voltadas para a posse de terras em detrimento da manutenção do gado e, conseqüentemente, da fixação de colonos na região. Dessa forma, a manutenção das terras e do gado era o ponto principal para a materialização do cabedal econômico e social dos sertanejos, no século XVIII (MORAIS, 2020, p. 290).

É importante retomar as afirmações apresentadas no tópico anterior, pois a posse de bens de raiz se conectava quase que inteiramente com a manutenção de animais na região sertaneja. Dessa forma, a distribuição de terras nesses espaços garantiu a fixação da população, na mesma medida que a criação do gado movimentou colonos do litoral brasileiro para as terras de dentro. Assim sendo, os cabedais políticos, sociais e econômicos apoiavam-se nessas posses de cargas simbólicas tão representativas, pois as sesmarias e animais entregavam aos seus possuidores lugares de privilégio dentro da dinâmica socioeconômica sertaneja, lhes cedendo lugares na formação das primeiras elites locais (FORMIGA, 2014, p. 131).

No corpo documental, entre os sete inventários trabalhados, foi possível identificar quatro categorias de animais apresentadas na documentação e organizadas no gráfico logo abaixo:

Gráfico 1 - Animais



Fonte: gráfico produzido pela autora a partir de dados retirados de inventários da 1ª Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega” (1763-1785).

Entre documentos que evidenciam os pertences de mulheres falecidas ou viúvas e homens que possuíram ou herdaram patrimônios, identificamos cinco inventários que continham a posse de animais, estes foram somados e trabalhados, configurando as porcentagens mostradas no gráfico acima. Dito isto, é possível observar que o gado *vacum* ou bovino se mostra enquanto dono da maior porcentagem – 74% – entre as posses de animais analisadas. Esse número corresponde à quantidade de 265 cabeças de vacas, juntamente com a soma de 12 bois, referidos no inventário no título do gado *vacum*.

No processo de descrição dos bens de Izabel Veloso de Sá, realizado em 1781, observamos a maior quantidade de gado *vacum* dentro dos documento analisados, sendo possível identificar 160 cabeças de gado inclusas em seu patrimônio, além da listagem de 12 bois. Entendemos que a criação do gado *vacum* se apresentava enquanto principal atividade econômica dos sertões, além de ser utilizado para alimentação e para a fabricação de utensílios a partir da extração do couro, material que fez parte do cotidiano sertanejo. Em meio às considerações sobre o sertão, Capistrano de Abreu (1998) aborda o uso desse elemento:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as corda, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, as banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 1998, p. 135)

Através do estudo produzido por Yan Morais (2020) sobre o sertão do Piancó no setecentos, notamos que o gado bovino se mantinha enquanto o produto do sertão. Logo, é perceptível que a partir da mobilidade proporcionada pelo “leva e traz” do gado, redes de comunicações foram criadas entre os sertões paraibanos e os principais centros das capitânicas do Norte, em rotas estabelecidas principalmente após 1720 que possibilitavam o escoamento mercantil do sertão aos portos, levando o produto das terras interioranas para outros espaços. Nesse meio, identifica-se que o couro era trabalhado e exportado a partir de centros de poder no Estado do Brasil, como por exemplo, a cidade de Recife. Eram nesses centros que se manipulava o gado vindo dos sertões enquanto matéria-prima para outras confecções (MORAIS, 2020, p. 294).

Ainda que não seja possível perceber a presença do couro na nossa documentação, entendemos a sua importância para a economia colonial. Além do gado representar fonte de alimento e possibilidade de participação no comércio local, o couro surgiu como uma outra forma de usufruir das fazendas de gado. Segundo Yan Morais (2020), alguns sujeitos se esforçavam em manter a atividade pecuária na região sertaneja, com o interesse no controle da matéria-prima e, dessa forma, poderiam oferecer elementos para atividades comerciais voltadas à venda da carne e do próprio couro, como também investir no curtume – produção/manufatura. A partir disso, compreendemos a importância da posse do gado dentro das tramas locais nos sertões do Piancó, pois todas essas possibilidades de trocas comerciais e usufruto do gado enquanto matéria-prima tornava o sertanejo um homem de negócios (MORAIS, 2020, p. 295).

São esses pontos que fazem os moradores dos sertões de Piranhas e Piancó sujeitos históricos interessantes no entendimento de práticas nesses espaços, como a nossa inventariada Izabel Veloso, que além de possuir entre seus bens uma *legua e meya* de um sítio, contava com a posse de 172 bovinos em seu inventário, sendo uma das poucas pessoas dessa pesquisa a possuir ambos os bens considerados os principais pertences dentro do sertão pecuarista. A

listagem da terra e dos animais garantem, em nossa pesquisa, que Izabel Veloso estava em uma situação privilegiada, aliada a seu cônjuge, a quem grande parte dos bens passaram a pertencer após seu falecimento. Logo, podemos considerar a falecida enquanto participante de uma rede de privilégios socioeconômicos em meio ao sertão do Piancó, onde as posses que essa detinha enquanto viva, garantiam-na uma situação confortável perante a sociedade sertaneja.

Além da inventariada Izabel, outros três indivíduos aparecem enquanto detentores de bovinos: Martinho dos Santos surge como detentor de 60 cabeças de gado *vacum*, seguido por José Pereira que possuía 25 bovinos, e logo na sequência temos Antonia Leandra, do na de 20 cabeças de gado.

Seguindo, podemos identificar os inventariados com acesso a esses animais:

Tabela 2 - Animais

Inventariado(a)	Ano	Animais	Quantidade	Valor em réis
Martinho dos Santos Marinho	1776	Gado <i>vacum</i>	60 cabeças	84\$000
		Cavalos	2	6\$400
		Bestas	7	24\$500
		Potro	1	5\$000
Izabel Veloso de Sá	1781	Gado <i>vacum</i>	160 cabeças	300\$000
		Bois	12	48\$000
		Bestas	10	40\$000
Damiana de Sousa	1783	Cavalo castanho	1	8\$000
		Cavalo melado	1	10\$000

		Gado <i>vacum</i>	25 cabeças	50\$000
José Pereira da Silva	1783	Bestas de sela	21	84\$000
		Cavalo	1	8\$000
		Gado <i>vacum</i>	20 cabeças	40\$000
Antonia Leandra da Conceição	1785	Cavalos mansos	8	48\$000
		Eguas	3	24\$000
		Ovelhas	40 cabeças	8\$000

Fonte: tabela produzida pela autora a partir de dados retirados de inventários da 1ª Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega” (1763-1785).

Com as porcentagens apresentadas no Gráfico 1, em conjunto com o número de animais apresentados na tabela acima, partindo da quantidade e valores expostos, concluímos que a posse de bovinos se mostra essencial no contexto sertanejo. Entendemos que o maior número dessa espécie no interior se deu a partir da pouca disponibilidade para o desenvolvimento da atividade pecuária nas terras próximas ao litoral, onde grande parte do fôlego econômico dos colonos correspondia aos canaviais. Por décadas, prezava-se em primeiro lugar o desenvolvimento e a rentabilidade dos engenhos, sendo a tração e o transporte exercícios complementares realizados por esses animais. Dessa forma, como já citado, o peso da conquista aliada à desenvoltura econômica sertaneja recaiu sobre a pecuária enquanto produto principal no abastecimento do mercado interno (FORMIGA, 2014, p. 131).

Não apenas a presença do gado *vacum* nos documentos sugere a participação desses indivíduos no criatório e nas dinâmicas de comercialização de animais no sertão da Capitania da Paraíba do Norte. Outro indicativo se constitui a partir da posse do gado *cavalar* e *ovelhum*. No corpo documental observamos a presença de cavalos, éguas e bestas nas posses dos cinco inventariados postos na Tabela 2; entendemos que, em meio ao sertão, esses animais eram elementos essenciais para auxiliar no trabalho diário nas lavouras e no trato com a pecuária.

Voltando nosso olhar para os números e porcentagens expostos no Gráfico 1, observamos a quantidade de bestas representadas por 10% dos animais expostos nos inventários trabalhados, sendo seguido por cavalos e éguas que correspondiam a 5% entre os animais vistos

na documentação, uma quantidade expressivamente inferior ao gado *vacum*. Todavia, diante dos valores expostos nos inventários relativos a segunda metade do século XVIII, o gado *cavalar* ou muares – incluindo cavalos, éguas e bestas – detinha um preço superior aos bovinos, onde cada unidade era avaliada entre 4\$000 e 10\$000 réis nos inventários, enquanto o gado *vacum* custava em média 2\$000 réis cada cabeça.

Alcançando as necessidades dos sertanejos, o gado *cavalar* era utilizado nos trabalhos referentes ao trato com a terra e com os bovinos, sendo empregado também em montarias para uma mobilidade mais prática entre os espaços. Dessa forma, a composição de animais para montaria e carga girava em torno da posse de cavalos e bestas, por serem animais ligeiros no que diz a respeito à atividade pastoril. Ainda nesse sentido, Muirakytan Macêdo (2007) afirma que esses animais “serviam também de carga no retorno das viagens aos entrepostos comerciais, empreendendo a viagem com as mercadorias ali compradas ou permutadas.” (MACÊDO, 2007, p. 126).

Nos chamou a atenção entre os escritos no inventário de Damiana de Sousa, a presença de descrições sobre a pelagem de ambos os cavalos citados entre seus bens. Segundo Muirakytan Macêdo, as cores dos pelos de cavalos influenciava no preço recebido por esses animais. Como vemos na Tabela 2, o cavalo “castanho” custava 2\$000 réis a menos em relação ao cavalo “melado”, isso porque as cores, isto é, sua mestiçagem, podiam revelar a possibilidade de uma maior resistência por parte do animal (MACÊDO, 2007, p. 127). Como não vemos outras especificidades acerca da pelagem do gado *cavalar*, nos importa imprimir um olhar mais cuidadoso diante das ações possíveis de serem produzidas através da posse desses animais no desenrolar da vida sertaneja. Desse modo, podemos entender que a posse de muares demonstrava os interesses de indivíduos em realizar a montaria e tarefas voltadas ao “leva e traz” de cargas, indicando também possíveis atividades comerciais estabelecidas por nossos sertanejos.

Em meio as análises, entre os sutis detalhes oferecidos pelos escritões do sertão do Piancó, conseguimos perceber a presença de 21 *bestas de selas* entre o montante de José Pereira da Silva. As selas são objetos de montar que representam um maior conforto nas jornadas mais demoradas, seja no trato com animais ou na movimentação de cargas, e eram artefatos que também indicavam diferenciação econômica entre seus possuidores. A condição de deter 21 animais passíveis à montaria e ao recebimento de uma sela, indicava que José Pereira muito utilizava ou delegava tarefas auxiliadas com esse artefato, sendo interessante pensar em suas

possíveis conexões comerciais ao longo dos sertões do Norte e mesmo no desenvolvimento da atividade pecuária que ele proporcionava (MACÊDO, 2007, p. 127).

No caso do gado *ovelhum*, tivemos contato com sua descrição em apenas um inventário, entre os bens de Antonia Leandra da Conceição. Essa espécie de animal representa a segunda maior porcentagem dentro do gráfico de animais – 11%. Mesmo que apareça em apenas um inventário, ainda observamos uma quantidade de ovelhas maior do que a de outros animais mais frequentes no corpo documental. Para além, vemos o gado *ovelhum* apresentar o menor preço de avaliação, onde 40 cabeças de ovelhas tiveram o valor total de 8\$000 réis – quatro dezenas de ovelhas pelo mesmo valor de apenas um cavalo, avaliado em 8\$000 réis no inventário de Damiana de Sousa.

De acordo com Macêdo (2007), os plantéis do gado *ovelhum* serviam como forma de estratégia dentro da economia sertaneja, onde o clima semiárido e as recorrentes secas faziam da região uma localidade menos propícia para a pecuária em alguns períodos. Consequentemente, por não possuírem uma alimentação complicada, as ovelhas eram mantidas mais facilmente do que outros animais, e em casos de escassez, serviam leite e carne para seus criadores. Em contexto de secas ou de magreza da boiada, a carne de carneiros e ovelhas se tornava a possibilidade mais viável para o sertanejo se alimentar, dessa forma, a manutenção desses animais se mantinha enquanto estratégia de sobrevivência diante da escassez, como também enquanto possibilidade de comercialização de produtos vindos desse gado *ovelhum* (MACÊDO, 2007, p. 129-130).

Os diferentes tipos de animais aqui expostos representavam para o sertanejo perspectivas de ações na tentativa de manutenção do bem viver e do alcance de riquezas. Percebemos que a construção de um cabedal político, social e econômico muito dependia das posses consideradas essenciais para fixar-se no sertão e estabelecer lugares de privilégio. Assim sendo, diante dessa economia com base na detenção de terras e gado, outro elemento agrega-se a esse conjunto na formação das dinâmicas econômicas e sociais no sertão, levando em consideração a mão de obra recorrente no período colonial, utilizada para estabelecer as fazendas de gado e as lavouras para comercialização e subsistência em determinados territórios. Assim sendo, as pessoas escravizadas, vindas da África ou exploradas em seus próprios territórios, muito contribuíram para o fazer-se nas conquistas.

2.3.2. A MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA

A exploração de almas foi um traço permanente ao longo dos séculos referentes à colonização; a tentativa de submeter povos à existências manipuladas pela força, excluindo identidades e arrancando indivíduos de seus espaços, marcou contextos históricos ao redor do mundo. Quando direcionamos a atenção às condições da escravidão nos sertões paraibanos, observamos a mão de obra escravizada lidando com funções semelhantes aos homens brancos menos favorecidos economicamente, no que se refere ao cuidado da terra e dos animais. Mesmo assim, é indispensável ressaltar que o olhar voltado para a pessoa escravizada nos sertões da Capitania da Paraíba do Norte consistia no mesmo espalhado ao longo dos focos coloniais na América: como sujeitos inferiores, que trabalhavam e eram avaliados da mesma forma de animais (MORAES, 2009, p. 50).

Dentro dos inventários, os escravizados tomavam lugares em títulos próximos aos animais, sendo incluídos na descrição dos bens semoventes, e firmando assim a percepção dos senhores de escravos em notá-los enquanto propriedades que poderiam ser vendidas e manipuladas. Essa noção do escravo entendido como coisa, logo se tornando passível de ser controlado, teve como base os contextos econômicos e os valores legislativos implementados na colônia, que firmaram as ideias e costumes trazidos do império legitimando a utilização da mão de obra escravizada nos territórios luso americanos. Dessa forma, a presença de escravos nas documentações oficiais do sertão do Piancó nos leva a pensar acerca da valorização socioeconômica a que lhes era atribuída, ao levarmos em consideração todo o caminho que percorriam de seus lugares de origem até chegarem às terras do Brasil colônia, e posteriormente o preço que recebiam diante dos compradores sertanejos. Assim sendo, ao nos depararmos com pessoas escravizadas citadas nos cabedais de indivíduos dos sertões paraibanos, compreendemos a importância e o significado de suas posses nas mãos de uma elite local. A partir disso, nos entremeios dos documentos, capturamos pertences que asseguravam a garantia de diferenciação, onde três elementos se mostram essenciais e se conectam enquanto demonstrações de poderio socioeconômico no setecentos: terras, gado e escravos (MORAES, 2009, p. 50).

Ana Paula Moraes afirma que no Brasil dos séculos XVII e XVIII, importou-se escravos da África Ocidental com mais veemência (MORAES, 2009, p. 50). Todavia, não foi possível observar descrições claras acerca do lugar de nascimento das pessoas escravizadas citadas na documentação dos sertões de Piranhas e Piancó, pois o fator de uso abundante da mão-de-obra

indígena em conjunto com a sua proibição, interferiu nos registros dessas atividades nos inventários que hoje nos servem de fonte (LACERDA, 2018, p. 99).

Em relação a presença destes nos inventários, com o avanço da leitura, percebemos que a posse de pessoas escravizadas acompanhava outros pertences cruciais para o desenvolvimento de riquezas no sertão, como as terras e os animais. Entre a observação das tabelas dispostas neste capítulo, vemos a ligação entre o escravo e a terra, como é o caso dos escravizados adquiridos pela inventariada Bonifacia Brito, que se destaca pelo maior número de bens de raiz entre os patrimônios visualizados. Na Tabela 3, logo abaixo, observamos que, em vida, a inventariada usufruía da posse de cinco escravos, ao mesmo passo que detinha cinco pedaços de terra em seu nome. Levando em consideração a economia simples estabelecida nos entremeios do sertão, ressaltamos essa quantidade de terras e pessoas escravizadas a partir de comparações com os demais patrimônios analisados.

Assim sendo, compreendemos que os escravos estavam conectados com os trabalhos realizados nas fazendas de gado, nas lavouras, como também no espaço doméstico. A manutenção desse tipo de mão de obra faz imediata ligação aos serviços propostos pelos sertanejos, e isso reflete inteiramente no valor disposto a cada pessoa escravizada. No mesmo patrimônio comentado, vemos Bonifacia Brito possuir um escravo avaliado em 100\$000 réis, preço superior ao gado citado na Tabela 2, onde 25 cabeças de bovinos pertencentes a José Pereira foram avaliadas em 50\$000 réis, metade do valor de apenas um escravo presente no montante de Bonifacia.

Tabela 3 - Pessoas escravizadas.

Inventariado(a)	Ano	Escravizado	Idade	Valor em réis
		Antonio	–	100\$000
		Zé	16 anos	80\$000
Bonifacia Brito de Mello	1774	José	70 anos	20\$000
		Simão	70 anos	20\$000
		–	1.6 anos	3\$000

Martinho dos Santos Marinho	1776	Rita (pejada)	20 anos	83\$200
		Luis	18 anos	20\$000
Damiana de Sousa	1783	Valentina	20 anos	80\$000
		Maria	1 ano	20\$000
João Pereira da Silva	1783	Maria	Velha	60\$000
		Luiza	7 anos	70\$000
Antonia Leandra da Conceição	1785	Marcia	30 anos	80\$000
		Anna	2 meses	20\$000

Fonte: tabela produzida pela autora a partir de dados retirados de inventários da 1º Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega” (1763-1785).

Além do valor elevado, conseguimos observar a menção das idades e perceber como os valores orbitam entre pessoas com menos ou mais idade. Excluindo o escravo Antônio, que mesmo recebendo a avaliação mais alta não possuía indicativo de idade, podemos perceber que pessoas entre 15 e 30 anos acompanhavam um preço mais elevado. A nível de exemplo, ainda no inventário de Bonifacia Brito, podemos citar os dois escravos, José e Simão, ambos com 70 anos de idade e avaliados em 20\$000; em contra partida o escravizado Zé, de 16 anos, recebeu a avaliação de 80\$000 réis, mais que o dobro dos valores dos escravos anteriormente citados.

A variedade de preços remete às possíveis atividades que seriam realizadas por essas pessoas, onde homens e mulheres em idades aptas para desenvolver trabalhos que exigiam força apresentavam preços superiores à crianças e idosos. Outras situações influenciavam nos valores desse tipo de mão-de-obra, como a própria demanda, as habilidades manuais e seu estado de saúde, o que pode explicar a mudança de avaliações entre escravos que possuíam a mesma faixa etária (ABREU *apud* LACERDA, 2018, p. 98).

Dentro dessa discussão, podemos afirmar que a manutenção de escravos conferia aos colonizadores um *status*; além disso, na mão de obra escrava encontrava-se a oportunidade de realização de todos os trabalhos necessários nas labutas do sertão, dentro e fora do ambiente doméstico, no trato com os animais, com as terras e na mobilidade de cargas. Segundo Larissa Lacerda, ainda que os senhores de escravos possivelmente tenham trabalhado na montagem de

fazendas e no criatório do gado, isso não diminuía a relevância dos sertanejos em possuírem escravos (LACERDA, 2018, p. 98).

Segundo Capistrano de Abreu, os primeiros ocupantes do sertão não eram os donos de sesmarias, mas sim as pessoas escravizadas. Todo o trabalho denso recaía nas mãos desses indivíduos, que preparavam os terrenos retirados dos nativos e passavam por situações de exploração em meio às terras sertanejas (ABREU, 1998, p. 134). A estruturação econômica e social dos interiores do Estado do Brasil partiu do trabalho de pessoas livres e escravizadas, onde a montagem das fazendas de gado e a habitação desses territórios representava um imenso trabalho realizado pelos cativos. A mão de obra escrava esteve presente nesses arranjos sertanejos, configurando-se enquanto uma das principais posses nesse período (MACÊDO, 2007, p. 84).

2.4. ARTEFATOS VALIOSOS: JOIAS, INDUMENTÁRIAS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

Os cabedais expostos nos inventários setecentistas nos fazem entender acerca dos indivíduos estampados nas tramas dos processos produzidos no sertão de Piranhas e Piancó. Os patrimônios estudados nos indicam o que movimentava a economia naquele período e nos mostra quais bens recebiam destaques perante a sociedade em estudo. Ao longo deste capítulo, evidenciamos a importância socioeconômica presente na posse de terras, animais e de pessoas escravizadas, todos interligados no desenvolvimento da pecuária nos sertões do Piancó. As descrições de patrimônios nos asseguram afirmar quais eram os lugares sociais ocupados por esses sujeitos de posses tão significativas; posses que lhes colocavam à beira de privilégios sociais, dentro e fora do sertão.

As descrições de bens realizadas nas páginas iniciais de um inventário *post mortem* tem início com o arrolamento dos bens de ouro, prata e cobre; todos esses são expostos antes mesmo dos bens interessantes para a manutenção e acumulação de riquezas, os que garantiam a prevalência de um *status* nos sertões de Piranhas e Piancó. Esses artefatos de natureza valiosa, como o ouro e a prata, ou mesmo os que garantem praticidade, como o ferro, surgem nos inventários em forma de cordões, brincos, fivelas e até mesmo colheres e pratos. Para muito além da utilidade desses bens, vemos suas presenças em documentos assumindo a forma de heranças, validando sua importância diante de uma dinâmica social.

A escassez de objetos de uso cotidiano nos lares do Brasil colonial, no que se refere as mobílias e tecidos, evidencia ainda mais a relevância do ato de possuir elementos como roupas e objetos de ouro ou ferro estampados nas páginas dos inventários. Segundo Ana Cecília Farias Alencar (2014), “a carência desses produtos, em sua maioria, importados de outros lugares, estava associada ao percurso dificultoso realizado daqueles que vinham do além-mar. Eles desembarcavam no porto de Recife para depois serem escoados pelos sertões através dos comerciantes.” (ALENCAR, 2014, p. 56).

Desse modo, a pequena quantidade desses produtos que alcançavam as regiões interiores das conquistas apresentavam um preço elevado, tornando-se acessíveis somente para poucos indivíduos. Logo, o ato de possuir pertences que eram importados, além de serem expostos em pequenas quantidades aos compradores, nos fala sobre objetos que garantiam a seus possuidores uma diferenciação social, pois não eram todas as pessoas que tinham acesso a esses bens (ALENCAR, 2014, p. 56).

No desenrolar da leitura dos inventários trabalhados, alguns pertences nos prenderam a atenção; pertences que demarcam a situação socioeconômica dos inventariados e de suas famílias de forma a reforçar as afirmações feitas nos tópicos anteriores. Portanto, a presença de objetos de uso pessoal ou que complementam o espaço doméstico nos levam a compreender as situações econômicas desses sujeitos, localizando-os enquanto detentores de riquezas, com patrimônios que iam além de pertences necessários para delimitar uma vida abastada no sertão, como o gado e a terra.

Entre as linhas do corpo documental, percebemos a presença de artefatos com valores significativos diante do contexto econômico do século XVIII. A falecida Antonia Leandra da Conceição, dona de animais e cativos, teve entre seus bens de ouro alguns artefatos que prenderam nossa atenção:

2 fivelas de sapato de ouro com peso de 25 oitavas no valor total de 35\$000
 1 relicário de ouro com peso de 21 oitavas no valor total de 31\$100
 1 corrente de ouro de São Bento de braço no valor total de 22\$500
 2 fivelas de pescoço com ligas de calção de ouro 12\$600
 2 cordões de braço de ouro 7\$700⁴

⁴ 1ª Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega”. Inventário de Antonia Leandra da Conceição. 15 de abril de 1785. Caixa 1783-1799.

Incluso entre os objetos com maiores valores nos inventários utilizados, notamos também a presença de brincos no patrimônio de Izabel Veloso de Sá, avaliados em 15\$400 réis. Além dessas peças, não identificamos outros pertences com valores superiores a sete mil réis. Outros pertences de ouro foram encontrados, porém com avaliações inferiores, como por exemplo, *o laço de pescoço com uma pedrinha*⁵ pertencente a Damiana de Sousa, avaliado em 2\$300 réis.

O elevado preço dessas joias afirma ainda mais as riquezas construídas e mantidas pelos sertanejos aqui analisados. Esses artefatos são, em grande parte, concentrados nas mãos de pessoas com mais privilégios econômicos, e ao longo de contextos históricos, observamos o curso da posse de joias tomarem rumo às mãos de indivíduos ricos e integrantes de uma elite. Em meio ao sertão paraibano setecentista, ainda que a economia apresentasse traços simples e mesmo que os documentos não nos mostrem uma quantidade significativa de mobílias, roupas, acessórios etc., conseguimos traçar posses com elevados valores em réis dentro do patrimônio de sujeitos do sertão do Piancó.

Dado esse contexto, entendemos que não apenas o valor monetário precisa ser exposto, mas também cabe pensar acerca do interessante papel destas posses diante da comunidade; estas traziam destaque para aqueles que lhes faziam uso, tornando-se ainda mais especial diante da dificuldade de acesso, o que tornava os artefatos produzidos a partir de metais preciosos ainda mais elitizados (MARTINEZ, 2007, p. 145).

Ainda no cabedal de Antonia Leandra, entre os utensílios domésticos, notamos a presença de 4 colheres de prata no valor de 3\$450 réis – sendo ainda mais caro que o acessório de ouro de Damiana de Sousa, equivalente a dois mil e trezentos réis. De acordo com o estudo sobre a vida material do Seridó setecentista produzido por Muirakytan Macêdo (2007), as colheres de pratas encontradas por ele não teriam valor utilitário diário na vida sertaneja. A pouca frequência destes bens nos inventários, ou mesmo a sua presença entre bens descritos enquanto heranças, nos informa sobre sua importância em relação a situação de posse. Nesse caso, esses utensílios domésticos “importavam mais pelo metal que enfeixavam. Entesourados com outras joias à guisa de poupança, eram moedas fortes no mercado patrimonial ao compor os bens passados em dote e, por fim, condensarem em si um valor elevado, facilmente transportável e de liquidez imediata.” (MACÊDO, 2007, p. 185).

⁵ 1ª Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega”. Inventário de Damiana de Sousa. 3 de fevereiro de 1783. Caixa 1783-1799.

Sendo citados entre as joias, descritos fora dos títulos de bens móveis, mas sim expostos nos títulos que ostentavam os bens produzidos a partir de materiais valiosos, os talheres estavam presentes nos inventários em pouca quantidade. Para além das 4 colheres de prata de Antonia Leandra, nos deparamos com bens da mesma natureza entre os pertences de Bonifacia Brito:

4 colheres de prata no valor 3\$250
4 colheres de latão no valor de \$320⁶

O pequeno número dessas posses nos inventários do sertão do Piancó nos sugere a utilização desses utensílios somente em momentos de festividade ou mesmo na recepção de visitas importantes (MACÊDO, 2007, p. 187). Segundo Macêdo, cortar os alimentos no próprio prato utilizando o garfo e a “faca de mesa” poderia ser um gesto raro. O autor sugere que o corte dos alimentos era realizado previamente ou no momento da refeição, através do uso de facas que os indivíduos carregavam consigo (MACÊDO, 2007, p. 184).

De acordo com Martinez (2007), a história dos objetos de cozinha e das vestimentas acompanha a trajetória das relações sociais. Em relação às vestimentas, observamos em meio aos bens móveis da inventariada Antonia Leandra quatro indumentárias: *huma vestimenta inteira de seda amarella* (12\$000), *huma saya de xamalote amarela já usada* (3\$200), uma vestimenta de pano denominada *capotão* (6\$400) e outra vestimenta de seda encarnada e já velha (3\$000). As roupas produzidas com os denominados tecidos do reino, como lãs, linhos e sedas, eram propriedades apenas dos sujeitos abastados devido a proibição da manufatura de têxtil na América portuguesa, implicando na dificuldade de acesso a estes itens; a exceção era dada apenas para a fabricação de peças de algodão. Nesse caso, o chamalote e o pano (lãs) juntamente com a seda citados entre os tecidos das vestimentas de Antonia Leandra, eram produtos que vinham do além-mar, sendo escoados para o sertão através de comerciantes. Portanto, a posse dessas indumentárias se configurava enquanto relevante e, dessa forma, constam nas páginas dos inventários como patrimônio da família que poderiam ser incluídas nos dotes de filhas ou simplesmente vendidas ou usadas pelos familiares que a recebessem enquanto herança (MACÊDO, 2007, p. 179-182).

Outros tecidos e vestimentas são contemplados nos documentos analisados, como Izabel Veloso que possuía 3 vestimentas, entre elas uma saia de chamalote, avaliadas no total de 6\$640

⁶ 1ª Vara do Fórum da Comarca de Pombal, “Promotor Francisco Nelson da Nóbrega”. Inventário de Bonifacia Brito de Mello. 14 de março de 1774. Caixa 1734-1781.

réis; a inventariada Bonifácia Brito detinha um *capote*⁷ *de pano azul* (4\$000); e observamos a descrição de *hua vestia de pano azul em bom uso* (2\$000) no inventário de Leonel de Lima. Por fim, concluímos que a mera presença de indumentárias nos documentos oficiais acerca de patrimônios nos afirma a importância desses elementos. O ato de ostentar tecidos escassos no sertão evidencia a simbologia de poder que cercava a posse de roupas bem avaliadas como as citadas acima.

Outros itens são dispostos nos inventários, seguindo as informações cravejadas nessa escrita, são artefatos também considerados de grande valor para as condições socioeconômicas do Piancó setecentista, como por exemplo a mesa grande com duas gavetas e fechaduras pertencente a Bonifácia Brito, assim como a catana – faca – descrita entre os bens de Leonel de Lima, entre outros diversos pertences que elaboram os cabedais dos inventariados aqui citados.

Esse tópico teve como ânsia a necessidade de apresentar os bens mais significativos desses patrimônios em relação aos seus valores econômicos e sociais. Por fim, identificamos esses pertences presentes nos cabedais dos sertanejos enquanto materiais que carregavam simbologias sociais amplas, onde o mero ato de possuir tais objetos direcionava os indivíduos dentro de uma hierarquia social movida e sustentada pelos destaques materiais representantes de um contexto socioeconômico privilegiado.

2.5. ENTRE AS TRAMAS DOS PROCESSOS

O trato com fontes cartoriais abre um leque de possibilidades de estudo diante do historiador. A partir destes documentos remontamos pegadas importantes na busca do entendimento sobre um corpo social, sobre quais eram as atividades que sustentavam a economia dessa localidade, quais os costumes e práticas desenvolvidas pelos indivíduos partícipes dessa comunidade e quais códigos de conduta guiavam o comportamento comum.

As visões possíveis através do trato com os inventários setecentistas guiaram nosso olhar para a análise de um resquício da cultura material do sertão de Piranhas e Piancó, tal perspectiva contribuiu com o entendimento acerca das condições que os sertanejos vivenciaram nesse espaço. As posses expostas nos inventários estabelecem divisões claras entre quais os bens que determinavam os lugares de sujeitos dentro de uma hierarquia estruturada através de

⁷ Espécie de casaco (MACÊDO, 2007, p. 180).

privilégios socioeconômicos, espelhada pelas regras do além-mar e estabelecidas no meio de tantas gentes, com culturas e costumes diversos, com perspectivas de mundo envolvidas umas às outras, construindo os tecidos sociais do Brasil colonial.

A cultura material traz percepções acerca das práticas desses sertanejos, nos afirma que, sim, esses sujeitos se adaptaram aos sertões através do trato com a terra e com o gado, e como consequência da importância dessas posses o sujeito com o maior número desses bens correspondia a um sujeito influente no meio social. Aos poucos, identificamos as pontas soltas da história se conectando, se fazendo palpáveis, e o contexto geral de vivências se organizam diante de nossos olhos.

É na busca dessas realidades emaranhadas que surge a sede do alcance, onde as possibilidades históricas já afirmadas fazem brotar ainda mais a necessidade de trazer à superfície realidades existentes e passíveis de comprovação. Essa é a nossa deixa para o próximo capítulo, e as novas perspectivas giram em torno do lugar da mulher dentro das dinâmicas do sertão paraibano. Ao folhear nossa documentação, a presença feminina entre os diversos documentos dos sertões de Piranhas e Piancó nos levou a pensar quais os espaços a mulher sertaneja de fato ocupava. Dentro de uma sociedade que se estrutura a partir de um sistema androcêntrico, é indispensável pensar acerca de como a mulher participava nos entremeios do cotidiano sertanejo. É com essa necessidade que nos envolvemos nas próximas páginas.

CAPÍTULO III

3. SER “DONA” NO SERTÃO: PRÁTICAS E SUBTERFÚGIOS DE MULHERES SERTANEJAS NO SETECENTOS

Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, mera coadjuvantes da História. (PERROT, 2006, p. 185)

O silenciamento das práticas femininas nos escritos historiográficos é uma realidade que se perpetuou por séculos. A participação da mulher nas dinâmicas sociais se camuflou diante de uma história produzida pelo homem, estruturando-se em uma dicotomia onde o masculino integrava-se em eventos descritos nas linhas da(s) história(s), e ao feminino restava o lugar da submissão e do mistério, fadadas a estereótipos ligados a incapacidade e fragilidade. A marginalização feminina na história teve como ponto de partida os códigos morais que moldaram e oprimiram comportamentos de mulheres ao longo do tempo, em diferentes sociedades. À mulher cabia o espaço do lar, da família e da vida privada, cabia uma passividade que foi expressada nas ideias criadas em um grande número de produções históricas. Em uma história feita por homens, não alcançamos os passos feitos de mulheres no tempo; escondidas e encontradas no lar e tendo migalhas de suas ações contadas por outros sujeitos, durante muito tempo não se fez possível construir uma História da Mulher (PERROT, 2006, p. 188).

Partindo da proposta de contribuir para com escritas sobre a História da Mulher no Termo do Piancó, focaremos nas possíveis práticas e estratégias de mulheres sertanejas expostas em nossas fontes. A partir do trato com os inventários *post mortem*, apresentados no capítulo anterior, guiamos nossa atenção para a presença feminina em meio a posse de patrimônios. As simbologias expostas no ato de possuir gado, terras, pessoas escravizadas, joias, entre outros bens, nos garante que essas mulheres ocupavam lugares elevados na teia social do sertão do Piancó. Todavia, foi em meio às procurações e autos de querelas que tivemos acesso à um aprofundamento acerca de participações femininas. Esses aspectos serão apresentados nos próximos tópicos.

Dito isto, é importante deslindarmos sobre quais mulheres enchem as páginas da documentação aqui utilizada, qual etnia, mentalidade e origem o feminino presente nessa

pesquisa está inserido. Neste contexto de colonização da América pelos portugueses, tivemos a chance de nos depararmos diretamente com fontes cartoriais que estampavam resquícios que possibilitam o pensar acerca de atuações femininas. Nas páginas desses documentos, especificamente nas procurações, encontramos mulheres com cabedais que delimitavam seus lugares em uma esfera social e econômica privilegiada. Desse modo, nosso olhar recai sobre mulheres abastadas, que possuíam gado, terras e conexões, não somente no sertão de Piranhas e Piancó como também em outras áreas dos sertões do norte da América portuguesa.

Nesse sentido, nos interessa identificar as “maneiras de fazer”⁸ do feminino na busca de contornar normas e padrões do sistema androcêntrico, logo, mergulhamos na percepção de mulheres que mesmo em um lugar de opressão e exploração, utilizaram subterfúgios que permitiram-nas sobreviver e fazer valer práticas não presentes nos discursos delimitadores acerca do papel social feminino na colônia. Mulheres que tiveram seus nomes ligados à administração de patrimônios, que estavam cientes do sistema que as abraçavam e as consumiam, mulheres que souberam utilizar os códigos morais a seu favor, abrindo brechas no sistema e exercendo seus pequenos poderes.

Entendemos que as condições femininas durante o período colonial no Brasil, herdaram em muitos pontos características patriarcais bradadas entre as fronteiras do ultramar. O Estado Português, assim como a Igreja católica, reafirmavam incansavelmente a situação de dominância e submissão às mulheres, em um crescente interesse acerca da normatização e controle do corpo feminino para fins da colonização. No seio da família, a mulher era mantida pequena e escondida, reclusa na residência, atuando em tarefas domésticas e educando os homens que dela dependiam (CHEQUER, 2002, p. 8).

A noção da mulher enquanto dona do lar cumpria com um discurso moral interessante para a disseminação do catolicismo na colônia, além de auxiliar no povoamento das novas terras conquistadas. Dessa forma, os códigos morais que permeavam os ares da colônia seguiam uma lógica pautada na dominação de mulheres através de discursos que vigiavam os comportamentos e a mentalidade do feminino.

⁸ Segundo Michel de Certeau (1994), “as ‘maneiras de fazer’ constituem as práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.” (p. 41). Apropriamo-nos da ideia de Certeau por nos interessar o estudo das táticas de mulheres enquanto grupo preso numa rede de vigilância que interage com os mecanismos da disciplina, envolvendo-se em possibilidades de alcance de pequenas criatividades cotidianas que levam-nas a não se conformarem com a totalidade de situações postas pela sociedade. Buscamos identificar os subterfúgios de mulheres em meio a um sistema androcêntrico (CERTEAU, 1994, p. 41).

Segundo Mary del Priore (1995), é perceptível a presença de um fio invisível laceando as falas de médicos, moralistas, teólogo e confessores. Esse fio se compromete em amarrar as falas e intenções que julgavam e impediam atuações femininas para além do seio doméstico e do papel de mãe.

Reflexo do poder masculino onipresente na sociedade ocidental cristã, a fala desses autores, representantes de diferentes segmentos na sociedade colonial e metropolitana, tinha objetivos: delimitar o papel das mulheres, normatizar seus corpos e almas, esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador, domesticá-las dentro da família. Objetivos que se adequavam perfeitamente aos fundamentos da colonização do império colonial português. (DEL PRIORE, 1995, p. 17)

Nossas fontes apresentam mulheres além do espaço privado, da casa e da família, as querelas e procurações se mostram enquanto elementos essenciais no entendimento de práticas de mulheres colocadas em situação de fragilidade, mas que recorriam ao poder jurídico para reclamar e exigir justiça; mulheres enfrentando a viuvez, porém envolvidas com a administração não só de seus patrimônios, mas também de suas vidas. Esses poucos resquícios, identificados em uma documentação embaralhada, nos permite analisar participações do feminino no meio social do sertão de Piranhas e Piancó.

Ao falarmos sobre uma estrutura de dominação entre as relações de gênero na colônia, podemos observar semelhanças existentes com os rumos tomados no processo de colonização da América portuguesa. Pensando acerca da relação proposta no primeiro capítulo entre centro e periferia, é possível traçar uma conexão quando falamos sobre uma discussão de gênero no Brasil colonial. Ao observamos o poder existente nas ações e pensamentos disseminados pelo masculino, e como tais elementos chegavam em forma de opressão para o feminino, podemos compreender os rastros de controle e tentativas de submeter o feminino aos ideias de um mundo moldado por homens. Nesse mesmo sentido, percebemos também uma certa autonomia diante dos sutis espaços e atuações do feminino no Brasil colonial, em um jogo entre receber ordens em forma de normas comportamentais de um centro masculinizado e utilizá-las como possíveis espaços de atuação. Passamos a entender o feminino como uma periferia que estava imersa em uma cadeia de subjugação, mas ainda assim sabiam agir dentro do próprio sistema. As mulheres estavam mergulhadas em códigos de conduta e comportamentos originários do Velho Mundo, mas sabiam portar-se dentro desta realidade de forma autônoma e necessária para agir em suas vidas.

A consciência de mulheres sobre o sistema que as cercavam e a possibilidade do uso deste a seu favor pode ser apresentada em forma de denúncias. Falamos sobre uma querela realizada em junho de 1769, onde nos deparamos com a viúva Antonia Maria do Nascimento⁹. Ela recorreu à justiça para conseguir de volta 30 cabeças de gado roubadas por um indivíduo, e em sua documentação, ela exigia que os animais furtados das terras, também pertencentes à viúva, voltassem para a sua propriedade. Tal situação exposta por Antonia nos fez perceber a presença de mulheres reivindicando direitos que a elas pertenciam, recorrendo assim à justiça da colônia.

Três anos antes à denúncia de Antonia Maria, tivemos acesso à outra queixa, esta feita por insatisfação de Joana da Rosa¹⁰ ao ter seu escravo furtado. Em 1766, a viúva Joana foi identificada enquanto possuidora e administradora dos bens deixados pelo seu falecido marido. Um desses pertences era o escravizado Manoel, encarregado de cuidar das lavouras de Joana. A viúva percebeu o suspeito interesse de um indivíduo pelo escravizado e, dia depois, Manoel foi retirado das terras de Joana concretizando-se o furto. Alegando que o indivíduo furtou e utilizou da sua mão de obra, Joana foi apoiada por seus filhos na tentativa de retomar o escravizado da viúva. Percebendo que não teria acordo entre as partes, Joana recorreu ao juiz, ao direito que ela sabia possuir e que iria utilizar sem mais delongas. A mulher, enquanto administradora de seu patrimônio, soube o momento exato de utilizar a justiça a seu favor.

A partir desses casos, observamos ações femininas que contornam os estigmas impostos ao feminino na colônia; também podemos identificar as ações de mulheres a partir do uso dos códigos morais para garantir a sua sobrevivência e participação em outros espaços para além do lar. Tanto Joana da Rosa, como Antonia Maria, foram mulheres detentoras e administradoras de patrimônios, e utilizaram das normas fixas da colônia no Brasil para validar seus lugares de atuação e salvar seus pertences. O lugar de submissão, passividade e incapacidade se desintegra aos poucos, no mesmo passo que identificamos mulheres envolvidas nos tecidos sociais do sertão do Piancó.

Em relação às nossas fontes, ao citarmos autos de querelas, nos referimos às denúncias e queixas de um indivíduo relatadas à juízes e escrivães. No meio desse tipo de documentação encontramos acusações sobre furtos de bens, furtos da honra feminina, agressões e

⁹ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. 1º Livro de Notas de 1762. “Auto de querela e denunciação que da Antª Maria do Nascimento viúva que ficou de Manoel Ribeyro”. 1769, sem paginação.

¹⁰ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. 1º Livro de Notas de 1762. “Auto de querella e denunciação que da Joanna da Rosa”. 1766, sem paginação.

desentendimentos entre sujeitos. Já as procurações, compreendemos como documentos que legitimavam uma pessoa, o outorgante, a ceder poderes a outras pessoas (nesse caso, aos procuradores). Quando falamos sobre ceder poderes nos referimos à poderes gerais e especiais no que diz respeito a cobranças, pagamento de dívidas, arrecadamento de móveis, semoventes, mercadorias, para agir diante da feitura de inventários, testamentos, entre outras ações possíveis. Ou seja, fazia-se uma procuração àquele que necessitava que outros indivíduos representassem-no e agissem através do seu nome (MORAIS, 2018, p. 29).

Ambos os tipos de fontes nos forneceram situações que envolviam mulheres no primeiro plano, ou seja, como agentes principais na realização dos documentos, recheando os Livros de Notas com simbologias através de ações promovidas pelo feminino. Toda essa documentação faz referência aos territórios do extremo oeste da Capitania da Paraíba do Norte, especificamente aos sertões de Piranhas e Piancó no século XVIII, encontrados no Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal - PB.

3.1. O USO DA TRAGÉDIA: A PERDA DA HONRA

Segundo Leila Mezan Algranti (1992), sempre existiram vozes para bradar opiniões e ordens sobre a conduta feminina. Eram disseminadas de forma escrita, em folhetos ou livros, e até mesmo de forma oral, seja em casa, nas feiras ou nos sermões de domingo. De qualquer e toda forma as tradições de sociedades foram reafirmadas até que virassem prisões sociais para determinados indivíduos (ALGRANTI, 1992, p. 123). O controle das ações e do corpo feminino estabeleceu-se dessa forma. Desde seus primeiros anos de vida, as meninas monitoravam e aprendiam com sua mãe os afazeres da casa, numa clara previsão de como seria o desenrolar dos seus destinos. E assim espalhavam-se os códigos de conduta do lar afora (SOARES, 2017, p. 92).

As condições femininas no Brasil colonial foram completamente estruturadas e moldadas para atender as necessidades da empresa colonizadora, isto é um fato abordado ao longo das ideias traçadas nos parágrafos anteriores. Partindo dessa afirmação, podemos ampliar os diferentes campos de atuação dos estigmas trabalhados pelo Estado, Igreja e discursos médicos pautados na necessidade de adestramento de mentalidades e corpos de mulheres no Novo Mundo. A concretização de um imaginário acerca da mulher ideal, honrada e recatada mascarou as complexidades das histórias femininas, e no seu lugar, eram sobrepostos rótulos

morais que escondiam as desigualdades sociais, raciais e econômicas, implantando a normatização da maternidade e do lar enquanto necessária para a disseminação cultural e social de práticas ansiadas pelas instituições conquistadoras. Era preciso concretizar o controle dos corpos de mulheres para facilitar a instalação de sociedades com práticas do Velho Mundo em meio à América portuguesa (DEL PRIORE, 1995, p. 123).

E como adestrar o feminino na tentativa de alcançar um projeto civilizatório focado em uma mentalidade colonial alimentada pela religião e pela necessidade de procriação? É assim que o matrimônio vai se estabelecer como única forma de alcance do comportamento ideal da mulher, pois era no seio do casamento, da família e do cuidado dos filhos que seria possível a manutenção de uma imagem feminina adequada diante do social, como também servia de garantia da continuidade do processo civilizatório pensado por Portugal. Segundo Baiza Faustino Soares, “a mulher que desejasse o casamento cabia o papel de casta, e o homem que procurasse matrimônio devia se informar da fama de sua futura esposa antes de contrair casamento.” (SOARES, 2017, p. 111).

Portanto, a imagem ideal para a mulher surge a partir da vigilância e da opressão direcionada ao feminino. Assim sendo, aquelas mulheres que negassem o papel de mãe, o casamento e a passividade, estavam condenadas aos olhares sem misericórdia da sociedade. Eram interpretadas como mulheres que espalhavam pecado, luxúria, doenças e o próprio mal, eram demonizadas a partir do momento que deixavam de cumprir com seu dever para com a Igreja e o Estado (DEL PRIORE, 1995, p. 178-179).

Segundo alguns moralistas e teólogos, a luxúria provocava a infelicidade, sendo por tal razão muito mais detestável do que o homicídio ou o roubo. E explicavam: a infelicidade atinge a muitos mais do que os demais crimes, cujos alvos são restritos. Os lascivos, causadores de tamanho sofrimento, pagavam seus erros ardendo atrás de um muro de fogo no purgatório dantesco. E entre eles havia, obviamente, mais mulheres do que homens, pois o sexo feminino se inclinava, segundo a Igreja, “naturalmente” ao pecado. (DEL PRIORE, 1995, p. 179)

A pressão e a incessante perseguição de se apresentar aos demais enquanto boa moça e apta a um bom casamento, socioeconomicamente falando, levaram mulheres a recorrerem aos juízes em busca de alternativas outras que não o flagelo social que as aguardavam quando situações ilícitas ocorriam, entre elas a perda da virgindade fora do matrimônio. A confusão de

sentimentos dentro da normatividade do afeto na colônia levou ao desenvolvimento da sedução como vilã no jogo de expectativas (DEL PRIORE, 1995, p. 126).

Observamos isso ao longo do auto de querela feito em agosto de 1763, na vila de Pombal, onde Joanna Maria de Lima¹¹ solicita ao juiz ordinário Capitão Francisco de Arruda Câmara a realização de uma denúncia sobre o furto de sua honra e virgindade. Segundo a querelante, o indivíduo Luciano de Souza havia se hospedado na residência da família da vítima, usufruindo de alimentação e descanso, até mesmo mostrando certa aproximação para com os pais de Joanna. Com o desenrolar dos dias, Luciano passou a direcionar carícias e afagos para a querelante, enchendo-a com promessas de casamento, e depois de todo o contexto de sedução, o acusado teria deflorado Joanna. Após o ato de furto da honra, Luciano retirou todas as promessas feitas à moça, e a partir do momento que Joanna percebeu o abandono, recorreu à justiça.

Segundo Mary del Priore, as mulheres seduzidas levavam as situações de seus corpos violentados para o tribunal eclesiástico, mostrando-lhes a traição e o abandono sofridos, recorrendo às próprias normas da Igreja que as enclausuravam, como forma de encontrar subterfúgios possíveis que as salvassem da exclusão e da melancolia da mulher sem honra. A irregularidade existente no defloramento de mulheres antes do matrimônio se mostrava enquanto uma situação inaceitável diante dos ideais religiosos, onde a ausência do companheiro e uma possível prole fora de uma estrutura familiar adequada, se opunha ao sagrado matrimônio. Assim sendo, todo o contexto de sedução e abandono não era ignorado pela Igreja. Ao invés da indiferença, a instituição religiosa fornecia um conjunto de normas para amparar as situações dessas moças solteiras (DEL PRIORE, 1994, p. 74-75).

Mesmo diante de um quadro que possivelmente ceifaria as suas possibilidades de um matrimônio ideal, as mulheres estavam conscientes de suas situações e dos próximos passos a serem tomados. Assim como Joanna Maria, um outro auto de querela também explana a mesma natureza dos acontecimentos já citados, onde a sedução do feminino guia o destino de Maria Francisca de Sá¹² diretamente às mãos de um juiz. Em 1767, a moça solteira Maria Francisca denunciou Antonio Alves de Jesus, morador em Pernambuco, e a razão desta queixa foram os atos após o defloramento da querelante, movido pelos mesmos afagos e promessas de

¹¹ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. 1º Livro de Notas de 1762. “Auto de querella e denuncia que da Joanna Maria de Lima”. 1763, sem paginação.

¹² Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1761. “Auto de querella e denunciação que da Maria Francisca de Sa”. 1767, sem paginação.

matrimônio utilizadas no desenvolvimento da sedução visto no auto de querela anterior. Nesse documento, é realizado o pedido de prisão do denunciado, feito pela querelante ao longo de suas descrições acerca do ocorrido. Segundo a “lei do Reyno”, o acusado teria justa causa de prisão. Na sequência, em meio a queixa de Maria Francisca, o juiz compete o dever de produção de um auto de vistoria que seria realizado por duas outras mulheres. Esse auto servia para analisar se realmente as acusações acerca do furto da virgindade estavam corretas.

No fim, todas as medidas para averiguação da situação deveriam ser tomadas, pois a honra feminina era algo de extrema importância para a mulher e para sua família, e tê-la roubada diminuía as chances de um matrimônio adequado socialmente. De acordo com Suely Cordeiro de Almeida, “nas Ordenações Filipinas, Livro V, tít. XXIII, que trata do homem que dorme com mulher virgem, é estabelecida uma distinção entre a perda da virgindade por sedução ou pela força.” (ALMEIDA, 2004, p. 224). Essa diferenciação servia para separar as formas de “punições” recebidas pelos acusados; dentro desse mérito, se o acusado na querela tivesse realizado o furto da honra através da sedução – com afagos e promessas – ele deveria casar-se com a vítima, se fosse de sua vontade, caso contrário, deveria pagar uma quantia estipulada pelo juiz (SOARES, 2017, p. 114).

A necessidade de um casamento, estabelecida como molde do dever social feminino, estipulou um complexo imaginário sobre os sentimentos esperados acerca da junção de duas pessoas em um matrimônio, ou seja, as moças solteiras esperavam com grande anseio a concretização de todas as promessas oferecidas pelos homens que mais tarde se tornavam acusados em documentos de denúncia. Dentro dessa representação do casamento e de um ritual de sedução vivenciado em conjunto com os pretendentes, criavam-se as carências de afeto (DEL PRIORE, 1995, p. 79).

Nas respostas atiladas e negativas dos seus companheiros, verificavam-se as clivagens e diferenças de aspirações que tinham os gêneros no que diz respeito ao uso da sexualidade e aos conceitos de casamento. [...] os homens espelhavam nas suas discussões com o juiz eclesiástico sua concepção de casamento como castigo e prisão. Para as mulheres, numa colônia onde havia grande parcela de homens vagos e errantes, o matrimônio era sinônimo de sonhada estabilidade ideal. (DEL PRIORE, 1995, p. 79)

Nas diferenças de propostas de uma vida em conjunto atreladas as diferenças entre os deveres sociais masculinos e femininos, a honra feminina foi um assunto que estampou diversos corpos documentais, assim como povoou as ideias das populações coloniais bras ileiras. A honra

da mulher era algo completamente conectado com a sua sexualidade, em relação a obediência e controle dos desejos e dos impulsos da “natureza” feminina. Era ideal que a mulher solteira mantivesse sua castidade até o casamento, e quando casada, deveria manter-se fiel ao marido (ALGRANTI, 1992, p. 124).

Existiam discrepâncias entre o significado social da honra entre homem e mulher no período colonial, onde para o homem pouco importava seus atos carnavais anteriores ao casamento ou mesmo dentro deste. A noção da honra masculina possuía um significado voltado para força e respeito para com os demais sujeitos ao seu redor. Para a mulher, era necessário que fosse mantida a castidade e a fidelidade. Para os homens, o contrário da honra era covardia e fraqueza, já a desonra para a mulher se materializava na lascívia. Quebrado o contexto da honra, ambos, homens e mulheres, eram rechaçados e mal vistos no âmbito social. Para a mulher a gravidade das ações realizadas na esfera privada de suas vidas reverberava na esfera pública, tornando-se um assunto falado e opinado por todos (ALGRANTI, 1992, p. 125-126).

Na tentativa de manter-se bem vista socialmente, cabia ao feminino educar-se e cuidar de sua honra e de suas ações como um todo. Caso falhasse, a perda da honra da mulher afetaria não apenas seus interesses de vida, mas de toda sua família também. Isso porque o casamento não era apenas um contrato religioso estabelecido entre um casal, mas um acordo entre famílias. Quando afirmamos que o matrimônio era importante social e economicamente, nos referimos às alianças e privilégios que o acompanhava, pois “os matrimônios mais do que acordos eram negócios, em que os genitores estrategicamente ‘arranjavam’ os cônjuges de seus filhos e filhas no intuito de ampliar ou manter os bens patrimoniais – principalmente territorial, e o prestígio social da família.” (SOARES, 2017, p. 98).

Em outras duas denúncias observamos o processo de sedução e abandono se repetirem, são os casos de Luisa Maria do Nascimento¹³ que realizou sua queixa em 1768, e a querelante Maria da Conceição de Jesus¹⁴, mulher solteira que validou sua acusação em 1780. O defloramento de Luisa Maria, moradora da Ribeira do Rio do Peixe, ocorreu a partir da instalação do acusado em sua casa. Logo após ele passou a lhe oferecer carícias e promessas de matrimônio, enganando-a e posteriormente, deixando-a sozinha e sem honra. A vistoria em seu corpo é realizada por duas outras mulheres e a denúncia foi validada pelo juiz. Doze anos mais

¹³ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. 1º Livro de Notas de 1762. “Auto de querella e denunciaçam que da Luisa Maria do Nascimento moça solteira”. 1768, sem paginação.

¹⁴ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1770. “Auto de querella e denuncia que da Maria da Conceição de Jesus mulher solteira”. 1780. Folhas: 19v, 20, 20v, 21.

tarde, Maria da Conceição recorre à justiça com os mesmos problemas, confirmando todo o processo de sedução e recorrendo à prisão do indivíduo por ela acusado.

No solo fértil preparado pela Igreja, as seduções que ocorriam na colônia só reafirmavam os discursos espalhados em nome da religião, onde a procriação e o matrimônio se estabeleciam como ideais perseguidos pelas moças solteiras, tornando-as alvos de homens que pouco se importavam com suas aspirações de vida. Todavia, em todos os casos aqui apresentados e analisados, a perda da honra não significava que tudo havia chegado ao fim, que as mulheres não poderiam mais serem respeitadas diante das normas religiosas e sociais. Na verdade, o sopro de esperança estava escondido entre os valores morais que colocaram as mulheres nesse lugar de desespero e ansiedade por terem vivido suas vidas desrespeitando regras impostas pela Igreja. Esses casos de mulheres que recorreram aos juízes dos sertões de Piranhas e Piancó para que fossem produzidos autos de querelas e denúncia, explanam como elas sabiam exatamente o que as esperavam na comunidade que pertenciam, sabiam sobre os olhares julgadores oferecidos para aqueles sujeitos que não possuíam mais honra, e diante de tudo isso, as mulheres tinham compreendiam que existia uma possibilidade de ajuste e de justiça (DEL PRIORE, 1995, p. 78).

Segundo Mary del Priore, a honra perdida ou roubada significava que tudo podia justificar-se, utilizando as próprias normas impostas pela Igreja. Ao utilizarem dos discursos que as oprimiam, era exibido um

[...] potencial de ação e resistência das mulheres a uma sociedade na qual a exploração sexual fazia-se sem maiores consequências para os homens. Cientes, portanto, pelos sermões de domingo, das visitas pastorais e da pressão no confessionário, do rigor com que o moralismo eclesiástico perseguia as infrações relativas ao uso da sexualidade, elas extraíam da mesma pregação moralista argumentos para condenar seus companheiros de “brincos e tratos ilícitos”. (DEL PRIORE, 1995, p. 70)

Dentro das desigualdades dos papéis sociais de gênero no Brasil colônia, as denúncias aqui expostas nos levam a identificar o uso de subterfúgios de mulheres sertanejas no setecentos. Mesmo estando impregnadas com o controle e com os diversos códigos sociais, as mulheres acima citadas souberam recorrer aos elementos necessários para a manutenção de seus direitos e desejos, utilizando das próprias amarras sociais para validarem suas situações. São nessas ações que identificamos práticas de mulheres que foram expostas socialmente a situações que lhes levariam à julgamentos e desonra, mas que ainda assim souberam lidar da melhor maneira para contornar o fim de suas chances matrimoniais. Dado o contexto opressor, de forma

física e mental, o feminino soube administrar suas vidas de acordo com o que o sistema masculino as obrigava, e dentro de contextos de abandono e exploração, as mulheres agarraram suas oportunidades de sobreviver e alcançar suas vontades moldadas por um mundo masculino.

3.2. DONAS DE CABEDAIS E ADMINISTRADORAS DE BENS: A MULHER COMO OUTORGANTE

As procurações enquanto fontes para a análise de práticas sociais, econômicas e políticas nos oferecem uma estrutura documental impecavelmente semelhante. Todavia, nos detalhes moram nossos vestígios; pequenas discrepâncias, palavras utilizadas ou não, número de procuradores e quais seus poderes, são nesses pontos que podemos acessar especificidades de práticas. Dentro desse caminho de análises, o simples ato de nomear procuradores que teriam acesso às suas posses e ações em seu nome se concretizavam enquanto uma possibilidade de afirmar alianças e pactos de interesses mútuos.

Na busca de alcançar os pequenos poderes de mulheres em meio as documentações, nos deparamos com procurações que ostentam títulos direcionados à mulheres, como “administradora geral dos bens”, títulos esses que se mostraram valiosos indicadores de participações de mulheres nas teias sociais sertanejas, mesmo diante de todos os contextos de submissão, fragilidade e incapacidade guiados ao mundo feminino na colônia. A presença de mulheres de posses em meio as procurações estruturou nossas ideias e passos na tentativa de alcançar as práticas femininas no setecentos em meio aos sertões paraibanos.

A viúva Marianna Dias Antunes¹⁵, em 1763, recorreu a ação jurídica para produzir uma procuração. O motivo por trás dessa ação seria a organização da herança deixada pelo seu falecido marido, pois os bens que agora lhe pertenciam estavam em outra região. Dessa forma, Marianna Dias achou pertinente denominar procuradores para que estes resgatassem seus bens, sem a necessidade de locomoção da dita outorgante. Nas linhas da procuração, a viúva afirma que um escravo pertencente a ela estava realizando trabalhos na Ribeira de Inhamum, Capitania de Jagoaribe. Logo, era de seu interesse que os procuradores por ela nomeados organizassem

¹⁵ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1762-1764. “Procurassam bastante que faz Marianna Dias Antunes viúva do Capitão João Mendes Barros”. 1763, folhas: 35v, 36.

seus pertences e, conseqüentemente, adquirissem o lucro dos negócios que envolviam o escravo da outorgante em outra capitania.

Marianna Dias se apresenta enquanto mulher de posses. A morte de seu marido significou para ela, nesse contexto, a possibilidade de acesso a um patrimônio e aos negócios possivelmente coordenados pelo falecido cônjuge, referidos no próprio corpo documental. Esses negócios envolviam um escravizado atuando em uma região distinta da casa de morada da outorgante. Dito isto, vemos como indispensável a identificação e análise da presença de mulheres em fontes que afirmam suas participações na posse e administração de bens, possibilitando assim a negação desse papel de passividade que girou em torno do feminino na colônia.

Entendemos que as limitações impostas à mulheres se configuraram em um extensa convicção acerca da incapacidade e fragilidade do feminino, nesse sentido, as mulheres da metrópole portuguesa assim como de suas colônias, tiveram imensas dificuldades em experimentar da liberdade no que envolvia seus atos, “pois, quando solteiras, estavam sob o julgo do pai e, quando casadas, passavam para julgo do marido.” (MORAIS, 2017, p. 90). Enquanto viúvas, as mulheres de condições sociais privilegiadas obtinham uma maior autonomia diante de suas heranças e de suas vidas. A viuvez proporcionava algumas opções para o feminino, entre elas o enclausuramento em conventos ou em casas de recolhimento, um novo matrimônio onde iria submeter-se a mais uma tutela de um homem, ou, por fim, poderia escolher a gerência dos bens da família (MORAIS, 2017, p. 91).

Donna Maria Leite Ferreira¹⁶, viúva do Alferes José Pereira da Cruz, teve como consequência da morte de seu marido o acesso aos bens do casal, em um movimento semelhante a Marianna Dias. Enquanto mulher de posses, Donna Maria nomeou diversos procuradores, em regiões distintas ao longo das capitâncias próximas à da Paraíba do Norte, como por exemplo na cidade de Salvador da Bahia de todos os Santos, como também na vila de Santo Antonio do Recife. A outorgante não declara quais seus interesses pontuais na nomeação de procuradores em outros territórios da colônia, mas entre os poderes recorrentes nas procurações setecentistas observamos o acesso dos nomeados a todos os bens de Donna Maria, assim como ficaram responsáveis também por quitar possíveis dívidas e no cuidado dos filhos da outorgante, caso fosse necessário.

¹⁶ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. 2º Livro de Notas de 1762. “Procurassam bastante que faz a viúva Donna Maria Leyte Ferreyra”. 1777, 14, 14v.

Segundo Yan Bezerra de Moraes (2018), o fato de nomear uma diversidade de procuradores atuantes em diferentes localidades nos oferece vestígios de alianças sociopolíticas e mercantis. Não podemos afirmar aqui a definitiva participação e troca de alianças políticas entre as mulheres vistas nas procurações e seus nomeados, porém, de fato, observamos a presença de dezenas de sujeitos em procurações feitas pelo feminino, sujeitos que, em sua maioria, exibiam títulos de cargos e ofícios, administrativos e militares (MORAIS, 2018, p. 75).

Dessa forma, podemos afirmar que essas outorgantes possuíam interesses na construção de alianças sociais para com os sujeitos por elas nomeados. Da Capitania de Pernambuco à Capitania do Ceará, nomeados são contemplados nas procurações através de interesses, onde a concessão de poderes acerca de setores administrativos de seus bens e assuntos pertinentes a seu nome, demarcam um lugar do feminino na entrega e recebimento de poderes dentro de práticas sociais. Principalmente quando identificamos a presença de procuradores que detinham cargos de ofícios na procuração produzida por Donna Maria, nos fazendo recapitular os privilégios socioeconômicos e políticos presentes nas mãos desses sujeitos.

Trabalhando com o que temos em mãos, é essencial a percepção do significado presente desde a produção de uma procuração. Nesse caso, analisamos mulheres que detinham e administravam seus pertences, e enquanto viúvas, se viram sozinhas na realização de práticas voltadas para manutenção e cuidado em relação aos seus patrimônios. O feminino enquanto outorgante utilizava as estratégias na feitura de documentos como estes, na busca de fazer conexões e laços entre o espaço que habitavam e outros territórios na colônia, e é perceptível a necessidade destas procurações a partir da aparição de problemas que eram resolvidos de forma mais fácil quando em mãos masculinas. Podemos pensar que a própria realização desse documento facilitava as ações necessárias no trato com a esfera pública e aqui vemos mulheres descreverem a manipulação com pertences e produtos em outras localidades, pouco acessíveis para si, mas no alcance confortável às mãos de homens, no sentido físico e social.

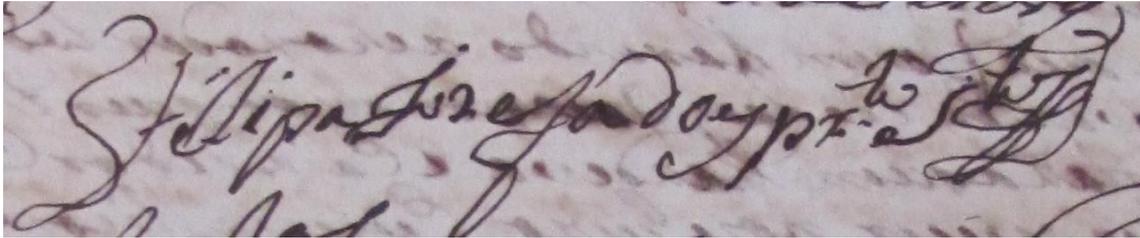
Seja referente ao cuidado de assuntos que competem a arrecadação de bens e valores de negócios em outras regiões, ou mesmo na intenção de que seus produtos sejam cuidados e carregados com responsabilidade, a afirmação que pode ser feita é que em várias situações as mulheres aparecem como autoras principais nas tramas de suas vidas.

Entre as dinâmicas sociais e comerciais dos sertões de Piranhas e Piancó, nos deparamos com Phelipa Josefa do Espirito Santo¹⁷, que recorreu a produção de sua procuração em junho de 1777, na vila de Pombal. Ainda no início da escrita, nas apresentações sobre a outorgante, o escrivão dá ênfase no fato de que Phelipa Josefa vivia de sua agência, e realizava a declaração dos procuradores com livre e geral administração de suas posses e de suas escolhas. Segundo Ana Cecília Alencar (2014), diante dos discursos de incapacidade direcionados ao feminino, a mulher teve grandes dificuldades na conquista de suas pequenas e expressivas liberdades em relação aos seus atos da vida civil. Dessa forma, perceber Phelipa Josefa enquanto administradora de suas escolhas e provedora de sua casa através da agência que lhe pertence, nos faz tomar conta dos lugares que o feminino ocupou para além dos discursos carregados de estereótipos (ALENCAR, 2014, p. 45).

Ainda dentro deste documento, observamos entre a nomeação dos procuradores a presença de apenas dois indivíduos: seu genro chamado Bernabel Francisco, e um outro indivíduo referido como sargento-mor Francisco Roberto de Vasconcello; ambos vivendo na mesma localidade. Dessa forma, podemos afirmar que tal documento foi produzido com um objetivo específico, nesse caso, o interesse de Phelipa Josefa seria diretamente na vila do Crato, onde ambos os sujeitos por ela nomeados se encontravam. De acordo com o próprio documento, esses procuradores seriam responsáveis pelas dívidas, assim como as heranças, escravos, produtos, encomendas e carregações da outorgante, e é a menção dos três últimos itens que nos chama atenção. Ainda no corpo documental, é possível perceber o pedido da viúva acerca do cuidado que os procuradores deveriam direcionar para com o trato das suas encomendas, prevenindo sequestros ou outras situações. Deste modo, a partir da escrita, percebemos que a intenção de Phelipa Josefa era que os dois procuradores conhecessem e agissem diante da lei, caso fosse preciso, para manipular com segurança os seus produtos. Por fim, encontramos a assinatura da outorgante.

¹⁷ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. 2º Livro de Notas de 1762. “Procurassam bastante que faz Phelipa Josefa do Espirito Santo”. 1777, sem paginação.

Figura 3 - Assinatura de Phelipa Josefa.



Fonte: Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. 2º Livro de Notas de 1762. “Procurassam bastante que faz Phelipa Josefa do Espirito Santo”. 1777, sem paginação.

De acordo com Baíza Faustino Soares (2017), a questão da alfabetização de mulheres no sertão colonial ainda precisa ser aprofundada. O fato de encontrarmos assinaturas de mulheres não significa que estas dominem a escrita de forma ampla. Assim sendo, entre as procurações trabalhadas nessa pesquisa, só nos deparamos com a presença da assinatura de Phelipa Josefa, realizada com abreviações e algumas letras do nome faltando, indicando o mínimo domínio da escrita. Em uma sociedade que pregava a educação feminina voltada para as tarefas domésticas e para a maternidade, torna-se complexo o contato com assinaturas realizadas por mulheres (SOARES, 2017, p. 118).

Em relação aos produtos citados na procuração de Phelipa Josefa, não há especificações acerca de quais encomendas e carregações a outorgante se refere ao longo do documento, porém é viável realizar as conexões entre os indícios existentes na procuração. A presença de uma agência juntamente com a nomeação de sujeitos para cuidarem dos produtos da outorgante, nos remetem a possíveis dinâmicas comerciais. Em outras duas procurações vemos essas descrições ocorrerem, sendo a primeira em 1763: um documento feito a pedido de Isabel de Barros Oliveira. Neste caso, vemos dezoito procuradores sendo nomeados em localidades como na Capitania de Pernambuco, na cidade da Bahia, entre outras regiões. Quando alcançamos a parte do documento onde são realizadas as descrições de poderes que competem aos procuradores, um trecho da declaração nos chama a atenção:

Possam cobrar e arrecadar todas as suas dívidas assim de dinheiro ouro pratta legados heranças escravos e seus produtos encomendas e carregaçoens como de outro qualquer gênero ou espécie que forem havendo o seu poder todos os seus bens moveis semoventes e de rais.¹⁸

¹⁸ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1762-1764. “Procuração bastante que faz Isabel de Barros Oliveyra”. 1763. Folhas: 32v, 33.

Da mesma forma, é observado a presença de “produtos, encomendas e carregações” entre as descrições da procuração de Francisca Mones de Mello¹⁹, viúva e geral administradora dos seus bens, em 1763. A outorgante nomeou os seus procuradores em duas localidades, na vila de Goiana e na Cidade da Parahiba, citando também o cuidado que os seus nomeados deveriam apresentar quando manipulassem seus produtos.

Entre a semelhança perceptível nos casos apresentados, levantamos a hipótese de que as mulheres estavam inseridas nas conexões comerciais para além dos sertões de Piranhas e Piancó. E isso valida a percepção de atuações femininas em diferentes âmbitos da vida sertaneja setecentista, onde apesar dos códigos de conduta e dos estereótipos que guiaram as vidas de mulheres, percebemos seus subterfúgios ecoarem através de documentos cartoriais.

¹⁹ Cartório I Ofício João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1762-1764. “Procurassam bastante que faz Francisca Mones de Mello viuva que ficou de Domingos Duarte de Carvalho”. 1763, folhas: 33, 33v, 34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desse trabalho se organizou em um processo. Um processo que inicia com interpretações sobre sujeitos e posses, sobre cabedais e seus significados e simbologias no meio social do sertão de Piranhas e Piancó. Um processo que tem continuidade com as aparições e os reforços sobre as participações de mulheres nas redes socioeconômicas sertanejas. Esse foi um trabalho pensado para abordar vivências, e assim se construiu.

Diante das análises e hipóteses levantadas na presente pesquisa, decidimos nos atentar a costumes e práticas sociais de uma comunidade do interior da Capitania da Paraíba do Norte, em meados do século XVIII. Aprofundamo-nos em discussões que trazem à superfície a condição feminina e suas atuações nas dinâmicas sociais sertanejas.

A cultura material exposta em inventários *post mortem* e analisada no segundo capítulo, nos ofereceu imagens do que eram as relações entre sujeitos e posses. Observamos a estruturação de um corpo social que se beneficiava a partir das terras e dos animais, contando com a presença de bens que indicam a realidade e a forma de adaptação em meio a ocupação e sobrevivência em um sertão não familiarizado com a presença de colonizadores. Os embates travados para concretizar uma permanência nas terras que já eram ocupadas, se reorganizaram e delimitaram as características de uma sociedade colonizadora no sertão paraibano.

O interesse na conquista de novos territórios e o desenvolvimento da pecuária se estabeleceram como principais motores para a ocupação sertaneja. Dessa forma, observamos as terras e o gado *vacum* com valores significativos nas avaliações dos bens listados na documentação, indicando a importância desses pertences para os sujeitos que permaneceram no sertão do Piancó. Observamos também a presença de indumentárias, joias e utensílios domésticos organizados e avaliados enquanto heranças, apresentados enquanto possibilidades de distinção social ao levarmos em consideração os seus valores e a dificuldade de acesso que rodeavam a situação de posse de tais pertences.

Os poucos e significativos bens presentes em um grupo de documentos desconexos nos revelam as simbologias mediante o ato de possuir. Terrenos, animais, almas escravizadas, objetos de metais preciosos, entre outros, eram posses que localizavam-se nas mãos de indivíduos detentores de poder, estabelecendo uma contínua dinâmica entre cabedais e poderes sociais. Quem detinha um, tinha acesso ao outro. Portanto, os sujeitos presentes nos inventários

post mortem se apresentam enquanto participantes de um lugar social e economicamente privilegiado.

Em meio as idas e vindas das leituras e análises documentais, viúvas e moças solteiras se apresentaram como personagens essenciais para a escrita dessa pesquisa. Viúvas detentoras de posses e administradoras de suas existências, moças solteiras guiadas pelo destino até situações amargas e incabíveis. Ambos os contextos nos levaram a mulheres que sofreram com os gritos e ordens vindos de uma sociedade coberta pela sede da dominância e da violência masculina. Cobertas por discursos que afirmavam seus papéis sociais voltados para atuações no seio da vida privada, vivendo a maternidade como única forma de manter a honra e a boa reputação.

Quando viúvas, elas tinham a possibilidade de acesso aos bens deixados pelo marido. A partir dessa situação a mulher passava a exercer um papel essencial no cuidado dos bens, da prole e da vida, não mais somente do lar. São essas atuações que vemos na escrita das procurações: mulheres sendo referidas como administradoras de todos os bens e utilizando de estratégias ao ceder poderes para indivíduos em uma ou mais localidades ao longo das capitâneas do Norte do Brasil colonial. Em meio aos escritos das procurações, identificamos referências à produtos e encomendas, localizando essas mulheres como possíveis participantes de uma rede comercial nos sertões do Norte do Estado do Brasil.

Em relação às denúncias exibidas nos autos de querelas analisados, observamos relatos de mulheres jovens que tiveram seus corpos violados na esperança da concretização de todas as promessas de casamento que não foram oficializadas; sobre um sentimento que não condizia com as reais intenções dos acusados. Essas mulheres, envolvidas em desonra, recorreram aos juízes como última ação antes do fim de suas boas reputações perante a sociedade sertaneja do Termo do Piancó. Recorreram à justiça na tentativa de receberem respostas em forma de direitos, e nesses relatos em busca de uma resolução, observamos mulheres utilizando das mesmas normas e códigos morais que as sufocavam como subterfúgios para escaparem de uma vida sem honra.

Os subterfúgios utilizados pelo feminino em situação de desonra trazem a perspectiva acerca da consciência em relação ao meio social que as cercavam. As mulheres sabiam como reagir e fazer valer suas vidas e suas necessidades diante de um sistema androcêntrico. As situações de opressão e submissão rodeavam as realidades femininas na colônia, porém entendemos, a partir das análises das fontes, que as mulheres sertanejas estavam inseridas e

atuaram ativamente nas dinâmicas socioeconômicas do Termo do Piancó, mesmo sem fugir das normas impostas pelo sistema androcêntrico e da opressão que as cercavam.

REFERÊNCIAS

FONTES

PROCURAÇÕES E AUTOS DE QUERELAS – CARTÓRIO I OFÍCIO JOÃO QUEIROGA (POMBAL - PARAÍBA).

Livro de Notas de 1761

1º Livro de Notas de 1762

2º Livro de Notas de 1762

Livro de Notas de 1762-1764

Livro de Notas de 1770

INVENTÁRIOS *POST MORTEM* – 1º VARA DO FÓRUM DA COMARCA DE POMBAL, “PROMOTOR FRANCISCO NELSON DA NÓBREGA”.

Caixa 1734-1781:

Leonel de Lima Mello, 1763;

Bonifacia Brito, 1774;

Martinho dos Santos Marinha, 1776;

Izabel Veloso de Sá, 1781.

Caixa 1783-1799:

Damiana de Sousa, 1783;

José Pereira da Silva, 1783;

Antonia Leandro, 1785.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **Declaro que sou “dona”, viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de seus bens nos sertões de Quixeramobim**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014. 151 f.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: mulheres na Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império português (XVI-XVIII)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. 332 f.

_____. Noivas de Adão e Noivas de Cristo: sedução, casamento e dotação feminina no Pernambuco Colonial. **Revista Varia História**, n. 31, 2004, p. 221-241.

ALVEAL, Carmen Margarida de Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processo de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do Norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 56, v. 28, jul.-dez. 2015, p. 247-263.

CEBALLOS, Rodrigo; MORAIS, Yan Bezerra de. No compasso das Ordenanças dos sertões: redes administrativas no Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII). In.: LÔBO, Isamar Gonçalves; CEBALLOS, Viviane Gomes de. (Orgs.). **Perspectivas plurais no espaço e tempo**. Cajazeiras: EDUCG, 2018. p. 115-146.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1 artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zadig e a história. In: **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e de pessoas no século XVIII em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana: escalas indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FORMIGA, Mayara Millena Moreira. **Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690 – c. 1772)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 168f.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, vol.14, n. 27, 2009, pp. 36-50.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 81-110.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programação de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006. 157f.

LACERDA, Larissa Daniele Monteiro. **Distintos pelos serviços e seus cabedais:** administradores, militares e a sociedade no sertão do Piancó (Capitania d Paraíba do Norte, século XVIII). Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2018. 140 f.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais:** patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007. 286f.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão:** vida material e população no Século XIX - Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade:** os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009. 134f.

_____. **Entre mobilidades e disputas:** o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015. 301f.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Mulheres proprietárias nas capitanias do Norte, séculos XVII-XVIII: balanço historiográfico e apontamentos. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 36, jan./jun. 2017, p. 85-99.

MORAIS, Yan Bezerra de. **"E por ser de conhecida nobreza":** elites locais e redes de reciprocidade no Sertão de Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, 1711-1772. (Dissertação) - Mestrado em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018. 185 f.

_____. Os caminhos das boiadas e dos homens: o comércio de gado e as dinâmicas de mobilidade na capitania da Paraíba do Norte setecentista. In: SLEMIAN, Andréa; RODRIGUES, Jaime *et al.* (Orgs.). **Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias**. Guarulhos: Departamento de História/EFLCH/UNIFESP. 2020. p. 287-305.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 4º Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PROWN, Jules David. Mind in matter: An introduction to material culture theory and method. **Winterthur Portfolio**, vol. 17, n. 1 (Spring, 1982), p. 1-19. Published by: The University Of Chicago Press.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.4, jan./dez. 1996, p. 265-282.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas:** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2º ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Janice Correa da. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte (segunda metade do Século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. 170f.

SOARES, Baíza Faustino. **Dotadas de bens: os enlaces matrimoniais no sertão de Piranhas e Piencó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017. 145 f.

SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piencó da capitania da Paraíba setecentista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012. 186f.

THOMPSON, E. P.. A venda de esposas. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras. 1998, p. 305-352.